



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

MÁRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS BOLSISTAS
DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO
CAMPUS DE ARAGUAÍNA – TO**

Araguaína/TO
2019

MÁRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS BOLSISTAS
DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO
CAMPUS DE ARAGUAÍNA – TO**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Licenciatura em Matemática para obtenção do título de Licenciado em Matemática e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dra. Fernanda Vital de Paula

Araguaína/TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

O48p OLIVEIRA, MÁRIO RODRIGUES DE .
O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS BOLSISTAS DO CURSO
DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO CAMPUS DE ARAGUAINA –
TO . / MÁRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA. – Araguaína, TO, 2019.
85 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Matemática, 2019.

Orientadora : Fernanda Vital De Paula

1. Socioeconômico. 2. Matemática. 3. Alunos. 4. Bolsa Estudantil. I. Título

CDD 510

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MÁRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS BOLSISTAS DO
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO CAMPUS DE
ARAGUAÍNA – TO**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Licenciatura em Matemática para obtenção do título de Licenciado em Matemática e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dra. Fernanda Vital de Paula

Data de aprovação: 08 de julho de 2019

Banca Examinadora

Prof. Dra. Fernanda Vital de Paula, UFT

Prof. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo, UFT

Prof. Dra. Samara Leandro Matos da Silva, UFT

*Dedico este trabalho a Deus e às minhas mães
Adriana Rodrigues de Oliveira e Maria
Ventura, pois sem elas não poderia ter
chegado até aqui, nesta longa jornada da
vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus pelo dom da vida, às minhas mães Adriana Rodrigues de Oliveira e Maria Ventura, que sempre cuidaram de mim e ainda hoje cuidam. Se eu estou aqui hoje é devido a elas.

Quero agradecer também aos meus pais que estavam ali presentes, meus avôs, que mesmo longe, estarão sempre perto de mim.

Agradeço à minha esposa que, a todo o momento, esteve me incentivando e apoiando nessa jornada.

Em especial, agradeço aos professores do Colegiado de Matemática, os quais me ensinaram tanto na parte científica quanto em suas experiências profissionais e pessoais. Em particular, à minha orientadora Fernanda Vital de Paula que me auxiliou e me ajudou bastante no desenvolvimento deste trabalho permitindo que eu pudesse concretizar o mesmo.

Também quero deixar os meus agradecimentos aos meus colegas de turma Thiago Lima, João Marcos Paixão, Juliana Cardoso, Kelly Oliveira, Evanilde Brito, Mailson Reis e todos os outros agregados que fizeram parte desta caminhada acadêmica. Sempre nos apoiamos uns aos outros durante todo esse tempo no Curso e formamos laços de amizade muito fortes, compartilhando momentos bons e ruins no caminho para o alcance de todos os nossos objetivos.

*“Sonhos determinam o que você quer. Ação
determina o que você conquista.”*
Aldo Novak.

RESUMO

O presente trabalho tem como meta, identificar qual é o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas de licenciatura em Matemática da UFT campus Araguaína. O objetivo é traçar um perfil a partir dos alunos que participam de alguns dos programas de bolsas que são ofertados pelo Curso de Licenciatura em Matemática, e assim para que possamos reconhecer um pouco mais sobre a realidade de cada um desses alunos tanto na vida social quanto na vida econômica. Saber qual a importância dessa bolsa para esses alunos na sua vida acadêmica, qual a representatividade financeira que a bolsa trás para sua vida econômica, se o valor que recebe como aluno bolsista, é capaz de suprir as suas necessidades básicas como transporte, alimentação e moradia. Fazendo uma abordagem histórica sobre a assistência estudantil, desde a década de trinta até os dias atuais, trazendo assim, como se desenvolveu essa política de assistência aos estudantes, até sua consolidação com a promulgação do PNAES. A pesquisa foi realizada através de um questionário socioeconômico composto por 50 questões, que foi constituído com perguntas de informações pessoais, sociais e perguntas que estão ligadas diretamente a bolsa, sendo estas questões a maioria de múltiplas escolhas. Foi feito um levantamento do quantitativo de alunos que participavam de alguns dos programas de bolsas dentro do Curso de Licenciatura em Matemática no 1º semestre/2019, e constatou-se que existiam 59 (cinquenta e nove) alunos no total. A partir desses alunos e das análises dos dados constatados que, dentro da UFT temos a importância da bolsa na vida dos estudantes, pois boa parte moram de aluguel, contribuem ou pagam entre R\$ 101,00 até R\$ 300,00 com moradia, realizam suas refeições no Restaurante Universitário, além de pagarem ou contribuírem com o transporte até a UFT. Dada as necessidades de implementações de políticas públicas na educação, para que assim os alunos das IFES possam ingressar permanecer com eficiência e ter êxito na conclusão do Curso de graduação. Tendo que existam mais pesquisas nessas áreas para então ter o máximo de conhecimento possível neste campo, para que se possa ter uma educação mais justa para todos.

Palavras-chave: Socioeconômico. Matemática. Alunos. Bolsa Estudantil.

ABSTRACT

The present work has as a research, to identify the socioeconomic profile of scholarship students in undergraduate mathematics from UFT unit Araguaína. The objective and to draw a profile from the students who participate in some of the scholarship programs that are offered by the degree course in Mathematics, and so that we can recognize a little more about the reality of each of these students both in social life and in economic life. Knowing the importance of this scholarship to these students in their academic life, how much the financial representation that the scholarship brings to their economic life, if the value they receive as a scholarship student, is able to meet their basic needs such as transportation, food and housing . Taking a historical approach on student assistance, from the 1930s to the present, bringing, as it has developed this policy of assistance to students, until its consolidation with the enactment of the PNAES. The research was carried out through a socioeconomic questionnaire composed of 50 questions, which was constituted with questions of personal, social and questions that are directly linked to the scholarship, being these questions the majority of multiple choices. It was made a survey of the number of students participating in some of the ball programs within the course of Mathematics Degree in the first semester / 2019, and it was verified that there were 59 (fifty-nine) students in total, who were surveyed. From these students and the analysis of the data we show that, within the UFT we have the importance of the scholarship in the life of the students, since a lot of them live in rent, contribute or pay between R \$ 101.00 to R \$ 300.00 with housing. They make their meals in the University Restaurant, besides paying or contributing with the transportation until the UFT. Given the need for public policy implementations in education, so that IFES students can join, stay efficiently and succeed in completing the undergraduate course. There must be more research in these areas to have as much knowledge as possible in this field, so that we can have a fairer education for all.

Keywords: Socioeconomic. Mathematics. Students. Scholarship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Número de matrículas.....	18
Figura 2 - Número de alunos que concluíram a graduação.	19
Figura 3 - Razão entre alunos concluintes e matriculados.	22
Figura 4 - Alunos do Pibid por período.....	26
Figura 5 - Alunos do PRP por período.	28
Figura 6 - Percentual de alunos enquanto ao sexo.....	37
Figura 7 - Idade dos alunos.	38
Figura 8 - Ano de ingresso na faculdade.	38
Figura 9 - Cidade de origem.	39
Figura 10 - Estado de origem.	40
Figura 11 - Cor ou raça.....	41
Figura 12 - Religião dos bolsistas.	41
Figura 13 - Alunos que possui ou não notebook.	42
Figura 14 - Alunos que possui internet em casa.....	43
Figura 15 - Tipo de moradia dos alunos.....	43
Figura 16 - Localização da moradia dos alunos.	44
Figura 17 - Participação dos alunos na renda do seu grupo familiar.....	45
Figura 18 - Tipo de moradia dos familiares dos alunos.	45
Figura 19 - Meio de transporte dos alunos.	46
Figura 20 - Fonte de informação dos alunos sobre acontecimentos atuais.	47
Figura 21 - Renda mensal dos alunos, além da bolsa.....	47
Figura 22 - Renda do grupo familiar dos alunos.	48
Figura 23 - Alunos que já trabalharam.	49
Figura 24 - Atividades que mais ocupam o tempo livre dos alunos.....	49
Figura 25 - Pessoas com quem os alunos residem.	50
Figura 26 - Alunos que contribuem ou pagam pela moradia.	51
Figura 27 - Gasto mensal dos alunos com moradia.....	51
Figura 28 - Alunos que contribuem ou pagam pelo transporte.	52
Figura 29 - Ano previsto para conclusão do curso.	53
Figura 30 - Período atual dos alunos.	53
Figura 31 - Nível de rendimento dos alunos depois de ter sido contemplado com a bolsa.....	54
Figura 32 - Opinião dos alunos sobre o mau desempenho acadêmico.....	55
Figura 33 - Quantidade de curso superior iniciado, além do curso de Matemática.	55

Figura 34 - Nível de satisfação dos alunos com o curso.	56
Figura 35- Índice de reprovação dos alunos em uma disciplina.	56
Figura 36 - Tempo diário reservado para estudar.	57
Figura 37 - Turno no qual estão matriculados os alunos.	58
Figura 38 - Alunos que já ouviram falar no PNAES.	59
Figura 39 - Alunos que já conheciam o PNAES.	59
Figura 40 - Período no qual os alunos ficaram sabendo sobre os programas de bolsas.	60
Figura 41 - Opinião dos alunos sobre a divulgação das bolsas se é satisfatória.	61
Figura 42 - Alunos que já conheciam sobre os programas de bolsas.	61
Figura 43 - Programas de bolsas dos quais os alunos participam.	62
Figura 44 – Sobre o cancelamento da bolsa comprometeria a conclusão do curso.	63
Figura 45 - O rendimento acadêmico seria prejudicado caso não tivesse a bolsa.	63
Figura 46 - Atendimento da bolsa nas necessidades financeiras dos alunos.	64
Figura 47 - Tempo dos alunos como bolsistas.	65
Figura 48 - Comprometimento financeiro da bolsa com atividades acadêmicas.	65
Figura 49 - Comprometimento financeiro da bolsa com saúde.	66
Figura 50 - Comprometimento financeiro da bolsa com consórcio ou financiamento.	67
Figura 51 – Locais onde os alunos realizam suas refeições.	67
Figura 52 - Economia dos alunos nas refeições no Restaurante Universitário.	68
Figura 53 - Conhecimento dos alunos sobre alguém que teve a bolsa cancelada.	69
Figura 54 - Opinião dos alunos sobre acréscimo de perguntas no questionário.	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFT	Universidade Federal do Tocantins
RU	Restaurante Universitário
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PRP	Programa de Residência Pedagógica
PIM	Programa Institucional de Monitoria
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIMI	Programa Institucional de Monitoria Indígena
PET	Programa de Educação Tutorial
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ES	Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
Art.	Artigo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR.....	17
2.1	Evolução da Assistência Estudantil no Ensino Superior.....	17
2.2	O Plano Nacional de Assistência Estudantil– PNAES.....	21
2.3	Relatório da Andifes sobre O Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Instituições de Ensino Superior Pública.....	23
3	PROGRAMAS DE BOLSAS NA UFT.....	24
3.1	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.....	24
3.2	O Programa de Residência Pedagógica.....	27
3.3	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.....	29
3.4	Programa Institucional de Monitoria.....	31
3.5	Programa Institucional de Monitoria Indígena.....	32
3.6	Programa de Educação Tutorial.....	34
4	PERFIL SOCIOECONOMICO DOS ALUNOS BOLSISTAS.....	36
5	COSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
	REFERÊNCIAS.....	74
	APÊNDICES.....	77

1 INTRODUÇÃO

Falando sobre Educação Superior, é necessário retornar a um passado não tão distante, onde somente as pessoas da alta sociedade tinham o direito de obtê-la. Atualmente e felizmente, a Educação Superior está mais acessível para a sociedade, sem distinção. Essa realidade se faz presente após muitas lutas e conquistas ao longo dos anos.

Desde 1930, as lutas pela educação se fizeram presentes na busca e obtenção de melhorias para as classes menos favorecidas financeiramente e, aos poucos, direitos foram conquistados. Neste sentido, foram criadas leis e decretos para amparar alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no que se diz respeito às condições básicas como a alimentação, transporte e moradia, dentre outros benefícios. Além disso, ao longo dos anos, foram criadas novas Universidades, aumentando expressivamente o número de alunos no Ensino Superior.

A respeito das demandas dos estudantes para acesso e permanência nas Universidades, os mesmos passaram a ter apoio do serviço social que buscou amparar aqueles estudantes que não tinham condições financeiras para se manterem nos estudos. Com a criação de novas Universidades, pessoas que não tinham condições de acessarem o Ensino Superior por residirem em locais distantes das Universidades, dado que as mesmas ficavam em cidades mais estratégicas como as capitais, conquistaram suas vagas.

Apesar de todas essas melhorias para facilitar o acesso ao Ensino Superior, muitos dos estudantes, concomitantemente à Universidade, necessitam da renda obtida pelo trabalho para sua sobrevivência e permanência nos estudos. Com isso, a disponibilidade para se dedicar aos estudos se torna menor, o que dificulta um bom rendimento nas disciplinas do Curso escolhido, o que pode aumentar o número de desligamentos, cancelamento de matrículas, trancamento de matrículas, evasão entre outros.

A fim de sanar essa evasão, o governo federal criou vários programas de bolsas com o objetivo de atender as demandas dos alunos em diversas modalidades como alimentação, transporte, moradia e outros. Em relação à alimentação, por exemplo, os restaurantes universitários foram criados permitindo que os alunos paguem uma pequena taxa por cada refeição. Há casos em que o aluno é isento do pagamento dependendo de sua vulnerabilidade socioeconômica, podendo se alimentar gratuitamente. Quando a Universidade não possui um restaurante universitário, em alguns casos, têm-se programas de bolsa alimentação aos alunos para custearem parte de suas alimentações mensais.

Quanto à moradia, dado que muitos alunos necessitam residir na cidade em que está localizada a Universidade, o governo federal criou alojamentos e casas do estudante, que têm o objetivo de fornecer moradia aos alunos que são de outras cidades e não têm condição de manter um aluguel. Em algumas Universidades, onde as vagas não são suficientes à demanda de alunos, existem programas, que tem por objetivo de diminuir essa falta de moradia, uma ajuda de custo no aluguel destes alunos.

Existem vários outros tipos de auxílio estudantil. Os mesmos são garantidos por programas que podem variar de acordo com cada Universidade, dado que cabe a elas a distribuição destes auxílios aos estudantes.

Todos esses auxílios que foram conquistados no decorrer dos anos foram concretizados com a promulgação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010), considerado como um marco histórico para as conquistas estudantis. A partir desse ano é que se fez possível a implementação de todos esses amparos ofertados aos estudantes do Ensino Superior, com o objetivo de garantir uma maior qualidade de vida aos discentes e uma educação mais igualitária, buscando a redução da evasão das Universidades.

Sobre a necessidade destes auxílios no contexto do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína, muitos alunos são de cidades e assentamentos vizinhos e boa parte desses alunos acabam tendo que morar em Araguaína, onde o Curso está localizado, dada à insuficiência da falta de transporte público para se locomoverem todos os dias de onde moram até Araguaína, o tempo demandado nas viagens e a falta de possibilidade do custeamento diário com transporte. A necessidade de manter uma moradia, financeiramente, faz com que esses alunos busquem rendas para sobreviver, pois, muitas vezes, não recebem apoio financeiro de familiares ou amigos. Quando essa renda deriva de um trabalho regular, o rendimento acadêmico do aluno pode ser prejudicado dada a falta de tempo para se dedicar aos estudos.

Além destes auxílios, existem vários programas de bolsas que também colaboram com a permanência dos estudantes nas Universidades. Vários destes programas são administrados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) ou pela própria Universidade.

Uma solução mais adequada para os alunos que precisam de recursos financeiros, de forma que não tenham o rendimento acadêmico interferido por uma rotina de trabalho, é participar dos programas de bolsas oferecidos. Além de estes programas fornecerem um suporte financeiro aos alunos e incentivar a permanência destes na Universidade, objetivam a

melhoria na formação dos acadêmicos como pesquisadores e futuros docentes. O valor das bolsas, geralmente de R\$400,00 (quatrocentos reais), é baixo diante das demandas dos estudantes como moradia, transporte, alimentação e saúde, além de outras despesas para permanência na Universidade, mas, ajuda bastante aqueles que realmente necessitam.

No Curso de Licenciatura em Matemática, campus de Araguaína, vários alunos são beneficiados por bolsas destes programas. Conhecer melhor a realidade desses bolsistas, numa visão socioeconômica, pode ajudar a entender a importância dessas bolsas, dado que elas fomentam as necessidades financeiras de muitos acadêmicos para permanecerem o concluírem o Curso com sucesso. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo principal de, traçar o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas do Curso de Licenciatura em Matemática na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína.

Para alcance deste objetivo, uma pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário socioeconômico, contendo perguntas de cunho pessoal, social, econômico e sobre a bolsa. Esse questionário foi elaborado a partir de vários modelos existentes e adaptados a partir da realidade dos bolsistas do Curso de Licenciatura em Matemática. No total foram 50 (cinquenta) questões. Os alunos pesquisados foram aqueles que são contemplados por algum programa de bolsa. Para que todos fossem localizados, foi enviado um e-mail a todos os professores do colegiado de Matemática, para identificarmos quais dos professores eram responsáveis por algum aluno bolsista, dado que todos os programas de bolsas ofertados no Curso de Matemática são coordenados ou estão sob responsabilidade de algum professor da instituição. Com isso, foi constatado que os alunos do Curso de Licenciatura em Matemática são contemplados pelos seguintes programas de bolsas:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa de Residência Pedagógica (PRP);
- Programa Institucional de Monitoria (PIM);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC);
- Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) e;
- Programa de Educação Tutorial (PET).

Foi verificado que o Pibid contempla 25 alunos, o PRP beneficia um total de 26 alunos, o PIM atende 3 alunos, o Pibic e o Pimi auxilia 2 alunos, cada um e o PET, fornece bolsas a 2 alunos. Deste modo, foram contabilizados um total de 60 alunos, mas existe um

aluno que participa simultaneamente de 2 programas de bolsas, o que é permitido dependendo da disponibilidade e dos programas que participa. Assim, o número exato de bolsistas é de 59 alunos.

Para que a pesquisa atingisse todos os bolsistas, o questionário foi criado online utilizando-se da ferramenta “*Google drive*”, onde o questionário poderia ser enviado via e-mail para todos os respondentes ou gerar um link de acesso. Esse link foi enviado para os alunos via redes sociais e pelo aplicativo de mensagens mais utilizado atualmente “*whatsapp*”, pois a maioria dos alunos pretendia responder o questionário através de seus aparelhos de celular e o restante, via e-mail. A maioria dos itens que compõem o questionário são questões de múltiplas escolhas. Depois de todos terem respondido o questionário, uma análise dos dados coletados foi realizada.

A ideia é que, por meio dos resultados obtidos, as seguintes questões sejam respondidas:

- Qual é a representatividade da bolsa financeiramente para esses alunos?
- Será que a bolsa, no seu âmbito monetário, satisfaz todas as necessidades básicas como alimentação, transporte e moradia?
- Com relação ao desempenho acadêmico, a bolsa trouxe a esses alunos uma melhora significativa?
- Qual a visão que os alunos bolsistas têm sobre os programas de bolsas dos quais participam?
- Qual é o perfil socioeconômico desses alunos que atuam nos programas de bolsas ofertados no Curso de Licenciatura em Matemática na UFT campus de Araguaína?

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

A assistência estudantil no Brasil é marcada por lutas e conquistas que permitiram que a educação se tornasse mais democrática, passando a ser um direito público sistematizado pelo Estado. Neste capítulo, será feito um levantamento histórico sobre a evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil e uma apresentação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de acordo com o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que representa um marco na consolidação da assistência estudantil em nosso país. Além disso, serão citados os principais resultados do relatório da Andifes sobre o perfil socioeconômico dos estudantes das Instituições públicas de Ensino Superior, a fim de apresentar as principais características dos estudantes que são contemplados pela assistência estudantil.

2.1 Evolução da Assistência Estudantil no Ensino Superior

Fazendo um levantamento histórico das ocorrências referentes ao processo de democratização da assistência estudantil no Ensino Superior no Brasil, percebemos que ele foi iniciado a muito tempo, mais precisamente 11 de abril de 1931 com o Decreto n. 19.851/1931 no período Getúlio Vargas, conhecida como a Lei orgânica do Ensino Superior , temos que:

Art. 108. Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

Parágrafo único. A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior.

Com isso, essa lei passou a ser unificada a constituição de 1934, no qual:

Art. 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

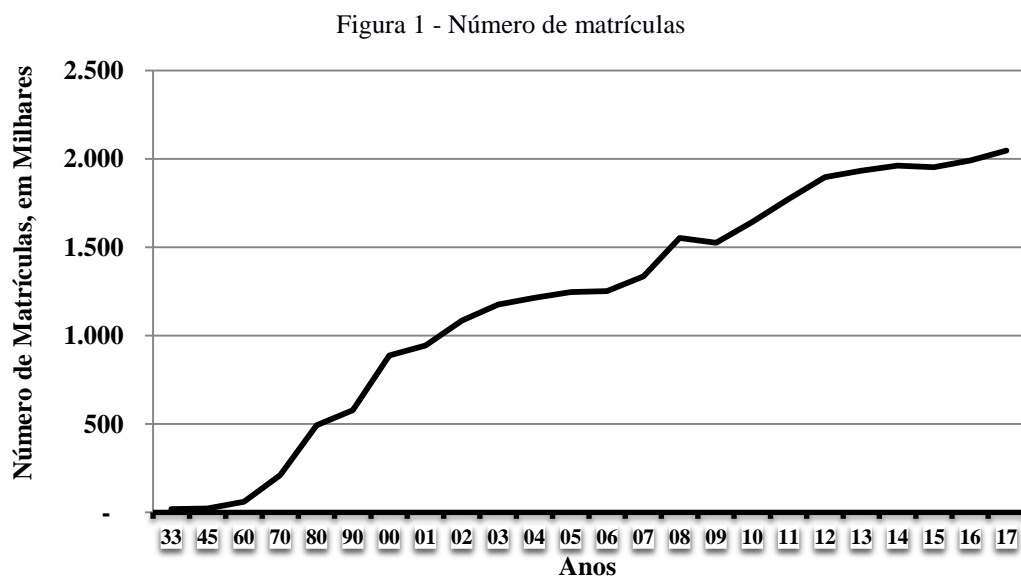
§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.

Dessa forma, foi a partir da instituição da Lei Orgânica do Ensino Superior, que as políticas públicas para assistência estudantil no Brasil começaram a se constituir tornando o

Ensino Superior mais democrático. Essa democratização permitiu que as iniciativas de apoio aos estudantes do Ensino Superior se tornassem, aos poucos, mais abrangentes em se tratando de saúde, moradia e transporte, tornando a permanência destes estudantes em seus Cursos mais efetiva.

Juntamente a esse processo de democratização do Ensino Superior no que se refere às políticas públicas que permitiram acesso e permanência de um maior número de estudantes nas universidades, a educação superior pública também foi se expandindo fisicamente, principalmente no período de 1950 até 1970, com a criação de novas universidades em locais menos privilegiados em termos de localização. Até então, as universidades estavam localizadas em cidades mais estratégicas como as capitais. Assim, estudantes que não tinham condições de se locomoverem até a universidade mais próxima, expostos a uma vulnerabilidade socioeconômica, passaram a acessar as universidades. Tal fato tornou a assistência estudantil uma necessidade ainda mais latente, dada a necessidade de apoio a estes alunos para a permanência em seus cursos.

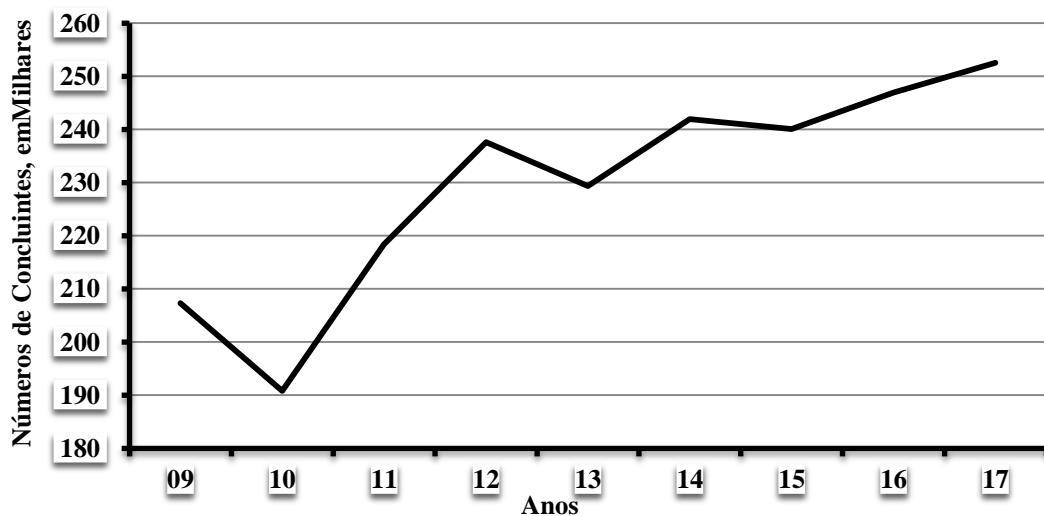
Sobre a ampliação do acesso às Universidades ao longo dos anos, a Figura 1, a seguir, retrata a evolução da Educação Superior a partir dos números de matrículas nas instituições públicas entre os anos de 1933 a 2017, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É possível notar o crescimento latente do número de matrícula até o ano de 2017.



Fonte: Scielo (2013); INEP (2019) Autor.

A Figura 2 apresenta os números de estudantes das instituições públicas de Ensino Superior que conseguiram concluir o Curso de graduação, entre os anos de 2009 e 2017, de acordo com o INEP. Observamos alguns resultados preocupantes, dado que o número de concluintes não é regular. Neste sentido, houve uma queda considerável do número de concluintes em 2013 e em 2015.

Figura 2 - Número de alunos que concluíram a graduação.



Fonte: Inep (2019) Autor.

Quanto à necessidade de assistência estudantil, diante da ampliação do número de matrículas e necessidade de auxílio na permanência de vários estudantes expostos à vulnerabilidade socioeconômica, ainda na década de 70, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que com o auxílio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), implantou programas nas áreas de transporte, alimentação e até mesmo uma Bolsa Trabalho que, proporcionava ao estudante a atuação em órgãos públicos e particulares. Originou-se também a Bolsa de Estudo, que era uma verba dada ao estudante para realizar seus custeios pessoais, com intuito de que o mesmo pudesse ter maior efetividade nos estudos. Na década de 80, com a nova constituição de 1988, através de manifestações e movimentos estudantis que reivindicavam os seus direitos sociais, houve o reconhecimento da educação como direito social, de acordo com o Capítulo III, Seção I:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

E ainda, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/9620 de Dezembro de 1996,

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Notamos que a assistência estudantil existe, amparando os estudantes em suas necessidades básicas, mas em se tratando da educação do ensino superior, ainda existem grandes desigualdades sociais, econômicas e culturais, e isso reflete diretamente em alguns alunos, podendo impedi-los de ter acesso a materiais, relacionamentos sociais e outros. Diante das dificuldades, alguns buscam conciliar o trabalho com os estudos, o que pode acarretar de maneira prejudicial ao desempenho acadêmico, o que pode levar a um baixo rendimento estudantil ou desistência. Nestes casos, é necessário que as políticas de assistência estudantil busquem melhorar ainda mais as condições dos alunos para que se efetive nas Universidades uma educação mais igualitária, visando à permanência desses alunos do Ensino Superior. Neste sentido, Felicetti e Morosini (2009, p. 11), citam que “[...] questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiência não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior [...]” (ARAÚJO, 2003, p. 99, apud ALBUQUERQUE et al., 2012, p.3), também destaca que:

A discussão sobre a assistência é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a Assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento.

Diante do exposto, é possível observar a tamanha importância da assistência estudantil no ensino superior. O aluno se depara com diversas dificuldades durante sua vida acadêmica como a falta de disponibilidade de recursos para participar de programas, eventos, palestras, e, mais preocupante, para permanecer em seu Curso. Em muitos casos, esses alunos necessitam trabalhar, o que dificulta a permanência do aluno nas Universidades. Devido à urgência na efetivação da assistência estudantil, em 2008 foi criado O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), considerado como um marco histórico nas conquistas e lutas estudantis.

2.2 O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído pela normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação, e implementado a partir de 2008. Mas o Decreto nº 7.234 que normatiza, só foi promulgado no dia 14 de julho de 2010. O PNAES tem como princípio fundamental dar condições aos jovens e alunos o acesso as Instituições de Ensino Superior (IES), a permanência destes estudantes nos Cursos de graduação e a conclusão com efetividade e qualidade de vida nas IFES.

Segundo o Decreto nº 7.234:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES objetiva também a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atendendo aos alunos que participam por intermédio por alguns dos eixos de atuação promovidos pelas IFES, de acordo com Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010:

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

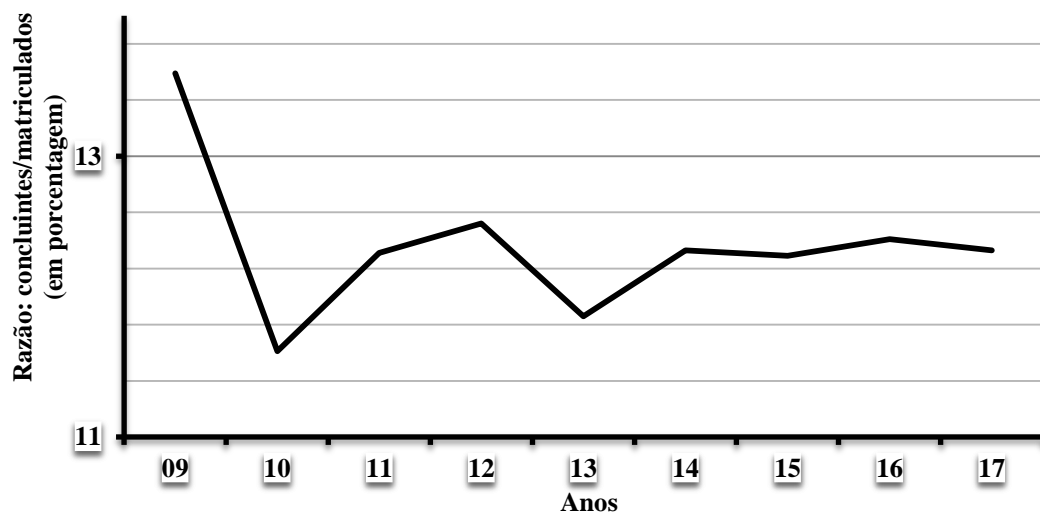
- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Com o aumento dos números de estudantes nas Universidades, em maior proporção aos alunos de vulnerabilidade socioeconômica, das lutas e busca, dos movimentos estudantis em todo histórico da história para uma educação mais igualitária e humana, o PNAES foi criado para consolidar Assistência Estudantil como direito a esses estudantes e garantir de forma mais efetiva a permanência e sucesso de todos os estudantes nas Universidades.

A Figura 3 destaca a importância do PNAES ao evidenciar a porcentagem de concluintes levando em consideração o número de matriculados de 2009 a 2017 observa-se que, apesar dessa porcentagem não ser alta, variando entre 11% e 14%, aproximadamente, após a promulgação do PNAES, em 2010, observa-se o aumento ou estabilização dessa porcentagem, havendo apenas uma queda considerável ocorrida em 2013. Sobre as porcentagens, destaca-se a importância de se refletir sobre os baixos valores observados e pensar em ações que colaborem com o aumento destes valores. Neste sentido, ressalta-se a importância de se conhecer o perfil dos universitários a fim de se obter maior conhecimento acerca destes resultados e elaboração de estratégias para que o número de concluintes aumente.

Figura 3 - Razão entre alunos concluintes e matriculados.



Fonte: Autor.

Neste sentido, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), segundo o site do mesmo, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das Universidades Federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. A Andifes, na tentativa de identificar qual o perfil socioeconômico dos estudantes das IFES, realiza pesquisas solicitadas através do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), criado em 1987, que é composto por Pró-reitores, sub-reitores e decanos responsáveis pelos temas comunitários e estudantis das Universidades Federais. O Fonaprace realizou quatro pesquisas para identificação do perfil socioeconômicos dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior(IFES).

2.3 Relatório da Andifes sobre O Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Instituições de Ensino Superior Pública.

A primeira pesquisa realizada pela Fonaprace, solicitada pela Andifes, ocorreu entre os anos de 1996 e 1997, a segunda pesquisa foi nos anos de 2003 e 2004, a terceira pesquisa foi no ano de 2010 e a mais recente ocorreu em 2014. Fazendo um comparativo entre as pesquisas, no que diz respeito as “Classes econômicas dos estudantes das IFES nos anos de 1996/97” (ANDIFES_FONAPRACE) constava que 12% desses estudantes pertenciam à classe A, enquanto as classes C, D e E representavam um total de 44,3%. Já nos anos de 2003/04 o quantitativo de alunos que faziam parte da classe econômica A era de 15,6%, e as classes C, D e E somavam no total de 42,8%. No ano de 2010 constatou-se que 15,3% dos estudantes eram da classe A, enquanto as C, D e E representavam um total de 43,7%. Em 2014 temos que 66,19% dos alunos são de origem familiar com a renda média de um salário mínimo e meio.

Ao fazer a análises desses dados, podemos perceber que os alunos que pertencem à classe econômica A, apresentam um porcentual muito baixo, se comparado com as somas das categorias C, D e E, ou seja, quase a metade dos estudantes que frequentam as IFES, são das classes considera baixa renda, representando-se em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Assim, levando em consideração os gastos que um estudante tem rotineiramente para efetivação de seus estudos, muitos estudantes ficam em situação desfavorável por não possuírem recursos financeiros suficientes para custear tais despesas. Tal fato pode ter como consequência um baixo rendimento acadêmico ou até mesmo, o abandono do Curso. Neste sentido, O relatório do PNAES (2010, p.8) afirma que:

Para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pela insuficiência de acesso à cultura como e até mesmo ao estudo de uma língua estrangeira [...].

Trazendo essa realidade para região Norte, na qual está localizada a UFT, segundo o relatório da Andifes, constatou-se que os estudantes que pertencem às classes econômicas C, D e E, que são consideradas baixa renda, somam um total de 64%, um índice ainda mais alto. Assim, nota-se uma necessidade ainda maior de uma atuação efetiva da assistência estudantil na UFT, para que os alunos permaneçam em seus Cursos e concluam o ensino superior.

3 PROGRAMAS DE BOLSAS NA UFT

Conforme discutido no capítulo anterior, o PNAES garante e oferece assistência estudantil voltada para várias demandas como moradia, saúde, transporte e outros, objetivando uma maior permanência de alunos nas IFES, principalmente, daqueles em vulnerabilidade socioeconômica. Concomitante a esses auxílios, a Universidade consta ainda com alguns programas de bolsas que também promovem uma maior permanência dos contemplados em seus Cursos. Esses programas são bem diversificados em relação ao funcionamento, objetivos e atuação.

A ideia deste capítulo é apresentar os programas de bolsas da UFT, dos quais os alunos do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína participam. Para um levantamento destes programas, foi realizada uma consulta com todos os bolsistas do referido Curso, no primeiro período de 2019.

3.1 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) disponibiliza bolsas aos estudantes dos Cursos de licenciaturas das IES, para que possam realizar atividades nas escolas públicas, fazendo com que os alunos se familiarizem com seu futuro ambiente de trabalho como docente. Dessa forma, o Pibid realiza um elo entre o Ensino Superior, o Fundamental e o Médio e, além de proporcionar ao futuro docente uma experiência para a profissão, promove o incentivo à docência com o intuito de melhorar os índices de aprendizagem na Educação Básica.

Segundo o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2018), que coordena o programa, obtêm-se as seguintes informações referentes ao Pibid.

Objetivos:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e

- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Forma de Funcionamento:

As IES interessadas em participar do Pibid devem apresentar à Capes seus projetos de iniciação à docência conforme os editais de seleção publicados. Os projetos institucionais podem contemplar diversos núcleos de iniciação à docência composto de 24 a 30 discentes, 3 professores da escola e 1 professor da instituição de educação superior. Os núcleos agrupam-se por subprojetos definidos segundo o componente curricular da educação básica para o quais são formados os discentes.

Podem se candidatar IES públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos que ofereçam cursos de licenciatura e que atendam aos requisitos dos editais de seleção.

As instituições selecionadas pela Capes recebem cotas de bolsas. Os bolsistas do Pibid são escolhidos por meio de seleções promovidas por cada IES.

As escolas são escolhidas pelas redes de ensino. (CAPES, 2018)

Valor da Bolsa:

Aos discentes de licenciatura do Curso abrangidos pelo subprojeto, é destinado o valor de R\$400,00(quatrocentos reais), mensalmente. [...] As bolsas são pagas pela Capes diretamente aos bolsistas, por meio de crédito bancário. (CAPES, 2018)

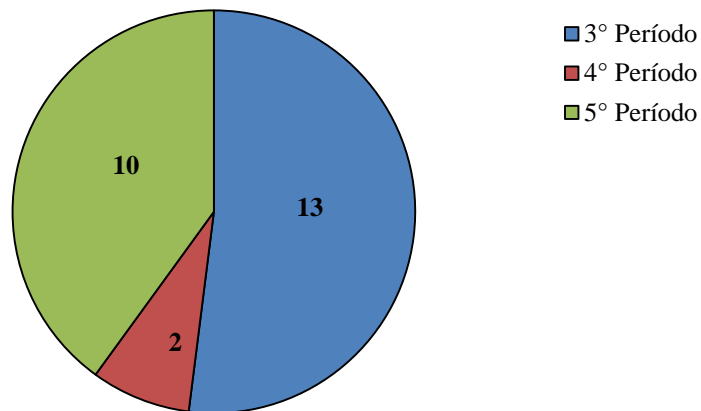
Condição para participação:

“Para ser bolsista do Pibid, é necessário ser aluno de uma instituição de Ensino Superior (IES) participante do programa”. (CAPES 2014)

Abrangência do Pibid no Curso de Licenciatura em Matemática, Araguaína:

No Curso de Licenciatura em Matemática, o Pibid é coordenado pelo Professor Sinval de Oliveira e contempla 25 alunos do Curso com bolsas. O número de alunos contemplados, conforme seus períodos são apresentados na figura 4.

Figura 4 - Alunos do Pibid por período.



Fonte: Autor.

Sendo esses alunos de diversos períodos, 13 alunos do 3º período, 10 alunos do 5º período e 2 alunos do 4º período.

O Pibid atualmente atua nas seguintes escolas: Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes, CAIC – Jorge Humberto Camargo e Colégio Estadual Professora Silvandira Sousa Lima, tendo que cada escola tem um professor participante, sendo eles: Meire Lucia Souza Bastos, Eloene Sousa Pires e Diego Ancelmo da Silva. Segundo o professor coordenador do programa, o Pibid já realizou os seguintes projetos:

- **Oficina de Pipas:** que, em linhas gerais, preconizava a ideia de ensinar conteúdos como área, volume e perímetro por meio da construção de pipas tridimensionais;
- **Bingo de Matemática:** que visava ensinar as quatro operações básicas por meio de uma dinâmica realizada entre todos os alunos da escola, tendo por base adaptações feitas aos tradicionais jogos de bingo.
- **Oficina de poliedros: utilização de materiais concretos para ensino da Geometria:** O objetivo da oficina é apresentar para os alunos da escola que conceitos geométricos como vértice, arestas e faces podem ser trabalhados por meio de materiais concretos; ao passo que, para os bolsistas, o foco situava-se na produção de significados e reflexões sobre o ofício da docência.
- **A trilha dos números: explorando pistas e encontrando múltiplos:** Em linhas gerais, o desenvolvimento exigiu dos bolsistas, ações de planejamento em torno do tema que

incluiram, entre outras coisas, a resolução de exercícios como forma de melhorar a compreensão da dimensão conceitual do conteúdo em pauta.

3.2 O Programa de Residência Pedagógica (PRP)

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) tem como proposta o aperfeiçoamento da prática dos estudantes de licenciatura das IES como futuro docente, com realizações de atividades, projetos pedagógicos e regência na sala de aula das escolas. O Programa tem o intuito de melhorar a formação desses licenciandos, objetivando assim o desenvolvimento da educação básica como um todo. Segundo o site da Capes, seguem outras informações relevantes acerca de como está estruturado o PRP.

Objetivos:

- Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
- Induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
- Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;
- Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (CAPES, 2018)

Forma de Funcionamento:

As IES são selecionadas por meio de Edital público nacional para apresentarem projetos institucionais de residência pedagógica.

O Programa será desenvolvido em regime de colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Assim, as IES participantes deverão organizar seus projetos Institucionais em estreita articulação com a proposta pedagógica das redes de ensino que receberão os seus licenciandos.

O regime de colaboração será efetivado por meio da formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Governo Federal, por meio da Capes e o os estados, por intermédio das secretarias de educação de estado ou órgão equivalente. A participação do governo municipal se efetivará por meio de Termo de Adesão ao ACT, firmado por suas secretarias de educação. (CAPES, 2018)

Valor da Bolsa:

“O valor da bolsa mensal é de R\$400,00 (quatrocentos reais). As bolsas são pagas pela Capes diretamente aos bolsistas, por meio de crédito bancário.” (CAPES, 2018)

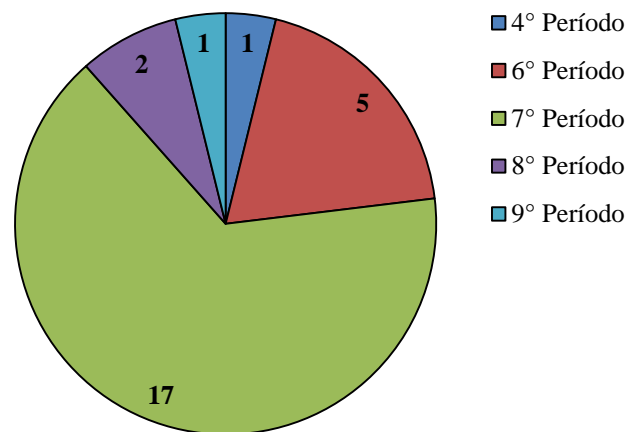
Condições para participação:

Para pleitear uma bolsa no PRP é necessário que o discente possua matrícula ativa em curso de licenciatura e que tenha cursado o mínimo de 50% do curso ou que estejam cursando, pelo menos, o 5º período. (CAPES, 2018)

Abrangência do PRP no Curso de Licenciatura em Matemática, Araguaína:

No Curso de Licenciatura em Matemática, o Programa de Residência Pedagógica é coordenado pelo Professor Deive Barbosa Alves e contempla 26 alunos do Curso. O número de alunos, conforme seus períodos são apresentados na Figura 5. Destaca-se aqui que o PRP teve início em agosto de 2018, resultado do Edital nº 006/2018/CAPES e Edital nº 6/2018 – PROGRAD/DPEE/UFT/CAPES. Dado que uma das exigências do programa é que o aluno esteja cursando, pelo menos, o 5º período, no momento desta pesquisa, os bolsistas do PRP, estariam cursando, pelo menos, o 6º período. Decorrido um período após o início do programa, como a maioria dos bolsistas estão no 7º período, isso implica que no momento em que o programa iniciou suas atividades, a maioria dos contemplados eram alunos 7º período.

Figura 5 - Alunos do PRP por período



o.

Fonte: Autor.

Vale destacar que para o PRP, são considerados apenas os alunos que satisfazem as condições de participação do programa.

O programa PRP atua nas seguintes escolas: Instituto Federal do Tocantins (IFTO) - campus Araguaína, Escola Estadual Marechal Rondon e Escola Estadual Jorge Amado, onde os alunos realizam projetos e regência juntamente aos professores coordenadores, designado

de preceptores, das escolas participantes, sendo eles: Gildemberg da Cunha Silva, Patrícia Silverio da Silva e Marinete Duarte da Silva. Segundo o professor coordenador da instituição, já foram realizadas os seguintes projetos:

- O atendimento de alunos com dificuldades por meio de monitorias e regência;
- Atividades desenvolvidas com foco em avaliações externas, como Enem e OBMEP.
- Participação dos bolsistas do núcleo em projetos como Feira de Ciências, Gincanas de Matemática;
- Desenvolvimento de aulas diferenciadas de Matemática por meio de jogos e oficinas.

3.3 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) tem como proposta apoiar a política de desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica nas Instituições de Ensino Superior, através da disponibilização de bolsas para estudantes que tenham interesse em participar em pesquisas científicas. As bolsas são destinadas diretamente às instituições, cabendo a elas a escolha dos professores pesquisadores coordenadores que tiverem interesse de participar. Tais professores são responsáveis por indicar os alunos interessados em participar do programa. A bolsa tem o tempo de duração de 12 (doze) meses (se implementada a partir do primeiro mês de vigência do processo institucional). O Pibic está estruturado, segundo o site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da seguinte forma.

Objetivos:

- Despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional;
- Estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa; e

- Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica. (CNPq, 2019)

Forma de Funcionamento:

Para as Instituições:

Requisitos: As instituições devem ser públicas, comunitárias ou privadas, com ou sem curso de graduação, que efetivamente desenvolvam pesquisa e possuam infraestrutura para tal fim.

Condições de participação: A Chamada Pública de propostas para o processo de inscrição ocorre no primeiro semestre de cada ano, em geral, entre os meses de março e abril e é publicada no item Editais da página do CNPq.

Para os Pesquisadores:

Requisitos para o orientador: Estar vinculado à instituição de Ensino e/ou Pesquisa que participe do Pibic; desenvolver pesquisa científica, e ser, preferencialmente, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Condições de participação: Participar em processo de seleção realizado em sua instituição de vínculo. Os processos de seleção nas instituições ocorrem, em geral, no primeiro semestre de cada ano.

Para os Estudantes:

“Requisitos: cursar graduação, e dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas e de pesquisa.” (CNPq, 2018)

Condições de participação: O estudante deve procurar, em sua área de interesse, um pesquisador que esteja disposto a integrá-lo em sua pesquisa e a orientá-lo e deverá ter o coeficiente de rendimento mínimo de 7 (sete).

Valor da Bolsa:

A bolsa de Iniciação Científica para o estudante de graduação corresponde ao valor constante da Tabela de Valores de Bolsas no País, correspondente a R\$400,00 (quatrocentos reais), mensalmente. As bolsas são pagas pela CAPES diretamente aos bolsistas, por meio de crédito bancário.

Abrangência do Pibic no Curso de Licenciatura em Matemática, Araguaína:

No Curso de Licenciatura em Matemática, o Pibic contempla, no momento, um total de 2 alunos, ambos do 8º período. Tais alunos são orientados pelos professores Raimundo Cavalcante Maranhão e Jamur Venturin Andre, conforme os seguintes projetos de pesquisa, respectivamente:

- Resultados do tipo Ambrosetti-Prodi.
- Um estudo introdutório da fenomenologia de Edmund Husserl.

3.4 Programa Institucional de Monitoria (PIM)

O Programa Institucional de Monitoria (PIM) desenvolve atividades aos estudantes de graduação de forma didático-pedagógica, no qual o aluno realiza monitorias para auxiliar e melhorar o desenvolvimento acadêmico orientado por um professor da instituição responsável. Segundo o site da UFT, o programa está organizado da seguinte maneira:

Objetivos:

- Melhorar os indicadores de ensino-aprendizagem no âmbito escolar;
- Proporcionar condições de permanência e de sucesso dos alunos no processo ensino-aprendizagem;
- Contribuir para o envolvimento dos alunos nas atividades de docência, de pesquisa e de extensão;
- Possibilitar a utilização do potencial do aluno assegurando-lhe uma formação profissional qualificada e sua plena inserção nas atividades acadêmicas da Universidade;
- Intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade; e
- Programar ações do Projeto Pedagógico do Curso de graduação (PPC), do Plano Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Forma de Funcionamento:

Ser aluno regularmente matriculado na UFT;
 Ter cursado com aproveitamento, no mínimo, 01 (um) período letivo;
 Ter cursado a(s) disciplina(s) objeto(s) da monitoria ou sua(s) equivalente(s) e nela(s) obtido média igual ou superior a 7,0 (sete) e não ter coeficiente de rendimento geral inferior a 5,0 (cinco);
 Ser aprovado no processo seletivo para monitoria;
 Ter disponibilidade de 12 horas semanais para exercer a monitoria, apresentando, assinada, a declaração de disponibilidade de tempo;
 Não acumular bolsas de monitoria concedidas pela universidade ou por qualquer outra fonte. (UFT – Prograd Pró-reitora de graduação, 2013)

Valor da Bolsa:

O professor deverá fazer o somatório das horas e preencher o total acumulado de horas no mês: carga horária igual ou inferior a 24 horas/mês = R\$ 200 (duzentos reais), mensalmente; carga horária acima de 24 horas/mês = R\$ 400 (quatrocentos reais), mensalmente. (UFT – Prograd Pró-reitora de graduação, 2013)

Segundo a Resolução da Consep nº 15.2013, dos requisitos para pagamentos:

Art.29. O pagamento do monitor remunerado está condicionado ao envio da frequência mensal à DPEE/Prograd, por parte do Professor Orientador.

Parágrafo Único. O candidato selecionado como monitor remunerado deve, necessariamente, ser titular de uma conta-corrente em uma instituição bancária credenciada e fornecer o número da agência e da conta em seu Termo de Compromisso, sob pena de ser-lhe impossibilitado o repasse do pagamento.

Art. 30. O pagamento da Bolsa de Monitoria deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao recebimento da frequência.

Art. 31. ADPEE/Prograd não efetuará o pagamento de bolsa findo o período letivo, em que não houver sido encaminhada as frequências mensais.

Abrangência do PIM no Curso de Licenciatura em Matemática, Araguaína:

No Curso de Licenciatura em Matemática, o PIM contempla 3 alunos, sendo um aluno do 8º período, um do 5º período e um do 2º período. Os professores colaboradores que orientam os monitores em suas ações são os responsáveis pelas disciplinas contempladas pelo Programa. No período 2019.1, tais disciplinas e seus respectivos docentes são:

- Matemática Básica I - Ismael Carlos Pereira de Carvalho
- Geometria Analítica I - Ismael Carlos Pereira de Carvalho
- Cálculo I – Sinval de Oliveira

3.5 Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi)

O Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi) tem como finalidade o acesso dos estudantes indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, objetivando a permanência e bom desempenho acadêmico. O estudante deve estar regularmente matriculado em algum dos Cursos de graduação e passado no processo seletivo realizado pela própria Instituição. O Pimi está estruturado, segundo o site da Universidade Federal do Tocantins (UFT), da seguinte forma:

Objetivos:

Segundo a Resolução da Consep nº 14.2013, verifica-se:

Art. 3º São atribuições do aluno monitor:

I - constituir elo entre professores e alunos, visando ao desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessárias para o sucesso da permanência acadêmica dos alunos indígenas;

II - identificar, em conjunto com o professor-orientador, as dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas sob sua responsabilidade;

III - discutir com o professor-orientador as dificuldades dos alunos e definir metodologias e formas de abordagem e ações prioritárias; e

IV - estabelecer estratégias e ações didático-pedagógicas para esclarecimento das dúvidas sobre os conteúdos das disciplinas, observando os seguintes aspectos:

- a) atualização dos conhecimentos básicos, próprios da Educação Básica, e que não foram plenamente assimilados pelos alunos indígenas;
- b) discussão sobre os conteúdos abordados nas disciplinas em que o aluno está matriculado e priorização das ações;
- c) auxílio na realização de trabalhos teórico-práticos e experimentais extra-classe;
- d) contribuição para a melhoria da capacidade de leitura e interpretação dos textos;
- e) promoção do desenvolvimento das habilidades de redação de textos técnico-científicos; e
- f) outras atividades a serem definidas, de acordo com as especificidades de cada aluno que contribuam para a sua inserção acadêmica.

V - incentivar e envolver o aluno indígena a participar das atividades acadêmicas que propiciem seu aprofundamento científico-cultural;

VI - incentivar a participação dos alunos indígenas nas Semanas Acadêmicas dos cursos;

VII - orientar a elaboração de trabalhos a serem apresentados em eventos científicos;

VIII - incentivar a participação dos alunos em atividades culturais no campus, na Universidade e na sociedade em geral; e

IX - outras atividades a serem especificadas na Proposta de Acompanhamento Acadêmico.

Forma de Funcionamento:

Cada Coordenação de Curso deve nomear o(s) professor (es) que ficará(ão) responsável(is) pela elaboração da Proposta de Acompanhamento Acadêmico. Essa proposta deve estar em consonância com o número de alunos indígenas matriculados no respectivo curso e aprovada pelo Colegiado. Os alunos interessados deverão:

Estar regularmente matriculado na UFT;

Ter integralizado com aproveitamento, no mínimo, 1/3 dos créditos totais do curso em que se encontra;

Ter coeficiente de rendimento mínimo de 7,0 (sete);

Ser aprovado no processo seletivo para monitoria indígena;

Ter disponibilidade de 20 horas semanais para exercer a monitoria;

Não receber qualquer outro tipo de bolsa interna e externa.

Valor da Bolsa:

O monitor deverá exercer, no mínimo, 20 horas de atividades semanais, ou seja, 80 horas mensais. O professor deverá fazer o somatório das horas e preencher o total acumulado de horas no mês: carga horária igual ou inferior a 40 horas/mês = R\$ 200; carga horária acima de 40 horas/mês = R\$ 400. (UFT – Prograd Pró-reitoria de graduação, 2013)

Requisitos para pagamento da bolsa segundo a Resolução da Consepe nº 14.2013, tem:

Art. 23. O pagamento do aluno monitor estará condicionado ao envio de frequência mensal pelo professor orientador à DPEE/Prograd, por meio do sistema de monitoria, na intranet.

Parágrafo único. O candidato selecionado como aluno monitor remunerado PIMI deverá, necessariamente, ser titular de uma conta-corrente em uma instituição bancária credenciada e fornecer o número de agência e o número da conta em seu Termo de Compromisso, sob pena de ser-lhe impossibilitado o repasse do pagamento.

Abrangência do Programa Institucional de Monitoria Indígena no Curso de Licenciatura em Matemática, Araguaína:

No Curso de Licenciatura em Matemática, o Programa Institucional de Monitoria Indígena, é contemplado por 2 alunos, sendo 1 aluno do 8º e 1 do 2º período. O professor colaborador, indicado conforme a instituição de ensino superior, assim sendo o professor Adriano Fonseca. No qual, o professor Adriano fica responsável pelos alunos, nas atividades de monitoria e desenvolvimento acadêmico.

3.6 Programa de Educação Tutorial

O Programa de Educação Tutorial tem como finalidade a criação de grupos de estudantes que estejam matriculados em qualquer curso de graduação com o objetivo de desenvolver práticas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, tendo um professor da instituição de ensino superior como tutor do grupo. O grupo, juntamente com o tutor, tem como propósito estimular a aprendizagem através das vivências, discussões e reflexões, pautadas em valores, cidadania e consciência social, voltada para melhorias dos Cursos de graduação. O PET está estruturado, segundo o site da Universidade Federal do Tocantins (UFT), da seguinte forma:

Objetivos:

- Desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;
- Contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação;
- Estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;
- Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; e
- Estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior.

Forma de Funcionamento:

O ingresso para estudantes de graduação ocorre por meio de Editais de Seleção, que oferecem bolsas e também classificam interessados em atuar na condição de voluntário. Como os Editais seguem o sistema de fluxo contínuo, os estudantes da UFT devem ficar atentos à divulgação no endereço eletrônico da instituição, bem como entrar em contato direto com a Diretoria de Programas Especiais em Educação, ou ainda com o tutor responsável.

No caso da seleção de tutores, também ocorre por meio de Edital, coordenado pela Prograd. Como o prazo total de permanência de um tutor a frente de um Grupo PET pode chegar a seis anos, os Editais de seleção para tutores são esporádicos. Neste

sentido, os professores interessados devem informar-se na Diretoria de Programas Especiais em Educação (DPEE/Prograd). (UFT-PET, 2013)

Valor da Bolsa:

A bolsa de Educação Tutorial para o estudante de graduação corresponde ao valor constante da Tabela de Valores de Bolsas segundo o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), correspondente ao valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), mensalmente.

Abrangência do PET no Curso de Licenciatura em Matemática, Araguaína:

No Curso de Licenciatura em Matemática, O Programa de Educação Tutorial é coordenado pela Professora Elisângela Aparecida Pereira de Melo e contempla 2 alunos do Curso sendo esses, 1 aluno do 2º período e 1 aluno do 3º período. A professora tutora desses alunos, juntamente com alunos de outros Cursos, realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito social acadêmico.

Conforme informado pela professora tutora, o Grupo PET/Conexões de Saberes Indígenas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) /Campus de Araguaína foi criado em 2010, por meio do Edital N° 9 do Programa de Educação Tutorial PET 2010 – MEC/SESu/SECAD. Desde então, vem atuando em conformidade aos preceitos legais estabelecidos pelas Portarias MEC N° 976, de 27 de julho de 2010 e N° - 343, de 24 de abril de 2013. Pauta-se nos princípios regimentais do Manual de Orientações Básicas (MOB) de 2002/MEC/Sesu e da Resolução Consepe/UFT de n° 03/2013.

O Grupo PET/Conexões de Saberes Indígenas é constituído por 12 estudantes indígenas bolsistas e 6 estudantes indígenas voluntários e uma professora tutora. As atividades são planejadas e realizadas pelos petianos do Grupo PET/Conexões de Saberes Indígenas, pautam-se na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vista ao acesso e permanência dos estudantes indígenas no Ensino Superior, de modo a fomentar o diálogo educativo e formativo, em distintos espaços de vivências intraculturais – no contexto próprio de suas comunidades e de suas práticas sociais, culturais e interculturais – no contexto de outras comunidades indígenas e não indígenas.

4 PERFIL SOCIOECÔNOMICO DOS ALUNOS BOLSISTAS

A ideia principal deste trabalho é traçar um perfil socioeconômico dos alunos do Curso de Licenciatura da UFT, campus de Araguaína. Para isso uma pesquisa foi realizada no primeiro semestre letivo do ano de 2019 (2019.1). Para a realização da pesquisa, foi criado um questionário socioeconômico, no qual as perguntas foram extraídas de outros modelos de questionários e readequadas para a realidade dos alunos do curso de Licenciatura em Matemática. O questionário foi composto por um total de 50 questões de caráter social, financeiro e sobre a bolsa e utilizando-se de uma ferramenta do “Google” chamada de “Google Drive”, onde se tem a opção de criar “formulários” no qual disponibiliza de enviar para vários e-mails simultaneamente e a opção de gerar um link de acesso. Se valendo disso, foi realizada a aplicação do questionário, enviando através de e-mails e o link gerado e enviado pelo aplicativo de mensagens “whatsapp”, deste modo conseguimos alcançar todos os alunos interessados na pesquisa.

Iremos apresentar os resultados da pesquisa, fazendo as análises dos dados, referente aos alunos bolsistas do Curso de Licenciatura em Matemática da UFT campus de Araguaína no qual foram pesquisados. Esses resultados serão apresentados através de gráficos e tabelas, que a partir de então podemos traçar qual é o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas do curso de Licenciatura em Matemática, que neste caso é o objetivo central deste trabalho. Mediante os dados apresentados apuraremos quais as principais dificuldades desses alunos durante seu período de convivência dentro e fora da Universidade.

1ª QUESTÃO: Nomes dos alunos pesquisados.

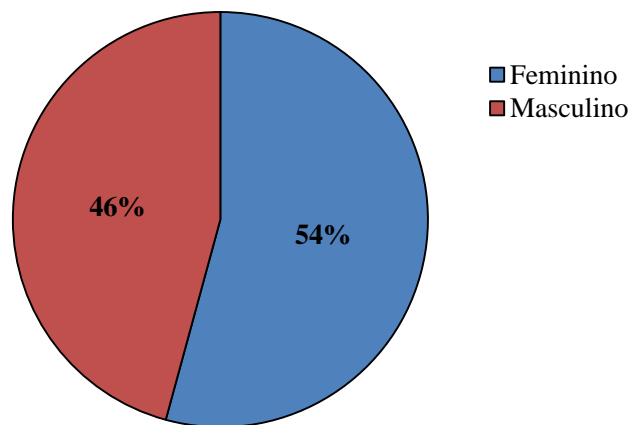
Na primeira pergunta foi necessária a coleta dos nomes dos 59 alunos participantes, apenas para o controle da abrangência da pesquisa, garantindo a abordagem de todos os bolsistas. É importante destacar que, as respostas de cada bolsista, foram mantidas em máximo sigilo.

2ª QUESTÃO: Enquanto ao sexo dos alunos.

Analisando o gráfico abaixo, podemos perceber que, dos 59 alunos pesquisados 54% são do sexo feminino, representando um total de 32 pessoas, enquanto o sexo masculino representa um total de 27 pessoas. Pelas proporções obtidas, é importante destacar que “[...]”

Durante séculos as mulheres foram desencorajadas, discriminadas e até proibidas de estudar, apesar de tudo isso, houve algumas mulheres Matemáticas que enfrentaram e lutaram contra o preconceito, deixando assim seus nomes gravados na história” (SOUZA, 2006, p. 1), apesar da Matemática já ter sido considerada somente para homens, as mulheres têm construído e conquistado o seu espaço.

Figura 6 - Percentual de alunos enquanto ao sexo.

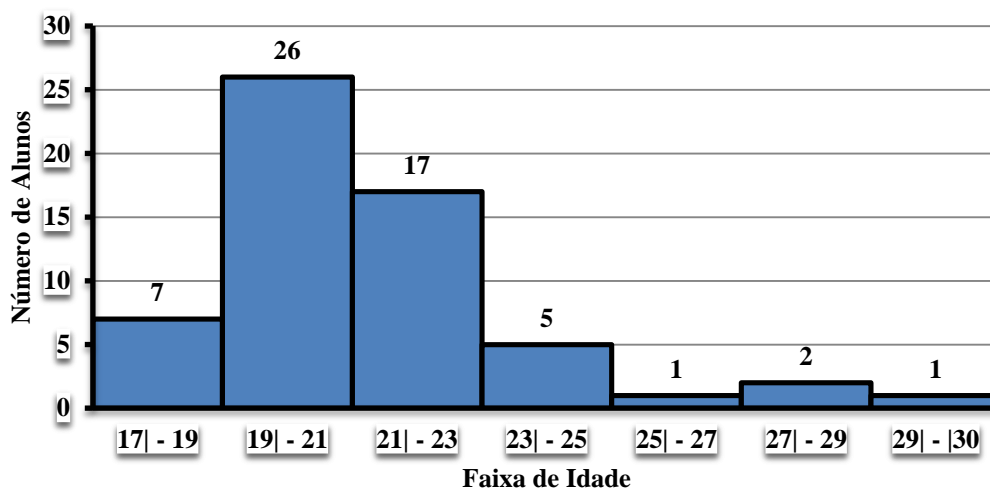


Fonte: Autor.

3ª QUESTÃO: Idade/ano dos alunos.

Sobre a idade dos alunos, na Figura 7 podemos observar que a maioria, isto é, 33 alunos têm idade menor que 21 anos. Tal fato indica que a maioria dos bolsistas são pessoas mais novas, podendo não ter nenhum outro tipo de renda para poder se sustentar ou podem morar com os pais, familiares, amigos ou outros. Um indício é de que as bolsas, além de um incentivo, também são buscadas como um capital financeiro para subsidiar despesas pessoais.

Figura 7 - Idade dos alunos.

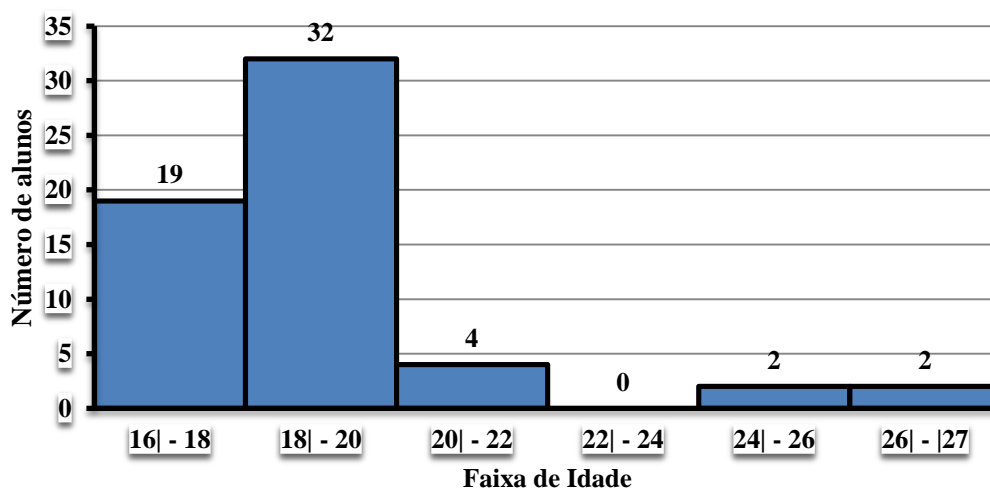


Fonte: Autor

4ª QUESTÃO: Idade/anos no qual os alunos ingressaram na Universidade.

Na Figura 8 podemos ver que o quantitativo de alunos que ingressaram na UFT com idades entre 16 e 17 é considerável, e com maior expressão representando 32 do total, temos os alunos que entraram com as idades entre 18 e 19 anos. Isso indica que os bolsistas do Curso de Matemática, em sua maioria, são alunos que ingressaram cedo na Universidade. Isso talvez seja um reflexo do maior acesso às Universidades gerado por políticas públicas que tornam a educação superior mais acessível.

Figura 8 - Ano de ingresso na faculdade.

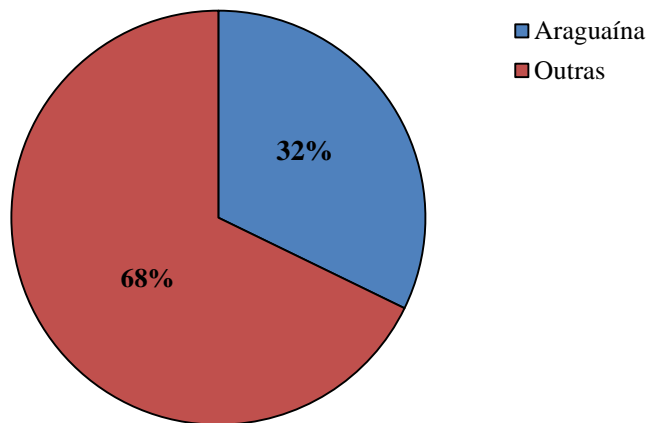


Fonte: Autor.

5ª QUESTÃO: Estado e Município de origem dos alunos.

Embora o Curso de Licenciatura em Matemática esteja localizado na cidade de Araguaína - TO, a Figura 9 indica que apenas 32% dos bolsistas é de origem da mesma, o que representa um total de 19 alunos. Com isso, verificamos que as bolsas contemplam, em sua maioria, alunos que são de outras cidades. É importante destacar que alunos de outras cidades possuem gastos extras com deslocamento, moradia, alimentação e outros. Para estes, a bolsa pode ser um recurso essencial para permanência no Curso.

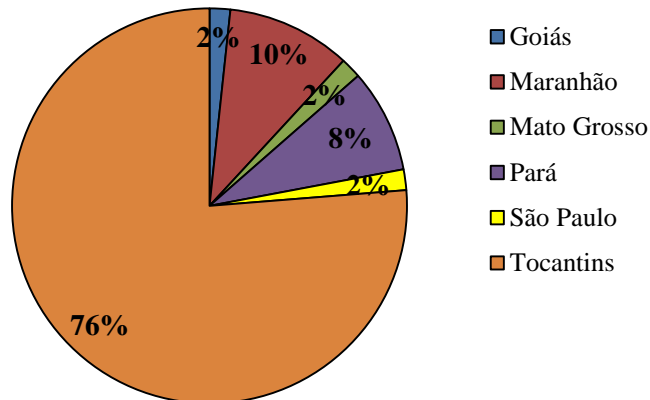
Figura 9 - Cidade de origem.



Fonte: Autor

Na Figura 10, é possível identificar que a maioria dos bolsistas tem origem no estado do Tocantins, o que pode ser explicado pela maior facilidade de acesso destes alunos à Universidade. Também é considerável a proporção de bolsistas com origem nos estados vizinhos: Maranhão e Pará, o que evidencia, mais uma vez, a importância das bolsas para a permanência destes alunos no Curso.

Figura 10 - Estado de origem.

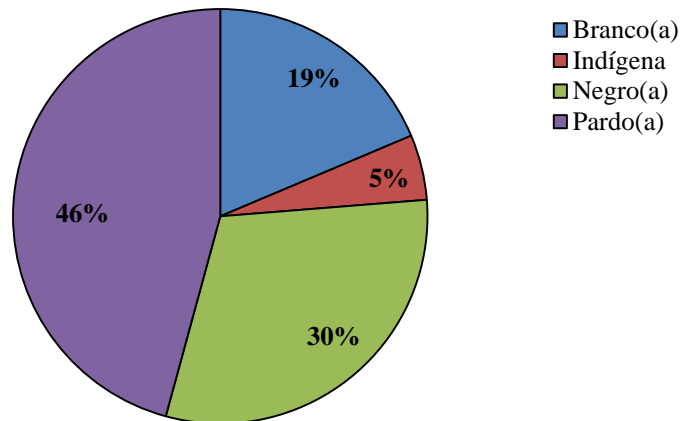


Fonte: Autor.

6ª QUESTÃO: Questão referente a pertencimento ou cor dos bolsistas.

Enquanto cor ou pertencimento de, acordo com a Figura 11, 46%, quase metade dos bolsistas, se consideram pardos, 30% se consideram negros, 19% são brancos e 5% são indígenas. Conforme os resultados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, divulgada em maio deste ano no estado do Tocantins, as porcentagens de discentes das IFES conforme cor ou pertencimento se distribuem da seguinte maneira: 54,9% são pardos, 23,7% são negros, 16,2% são brancos e 2% são indígenas. Observa-se que entre os bolsistas, apesar da divergência de alguns números, existe uma distribuição parecida de cor ou pertencimento com o cenário do Estado. Aqui, vale destacar que 5% das vagas ofertadas para ingresso na UFT são destinadas aos indígenas, o que coincide com a proporção de bolsistas indígenas no Curso. A existência de tal proporção de indígenas entre os bolsistas pode estar associada à existência do Programa de Educação Tutorial(PET), no campus de Araguaína, coordenado pela Professora Elisângela Aparecida Pereira de Melo.

Figura 11 - Cor ou pertencimento.

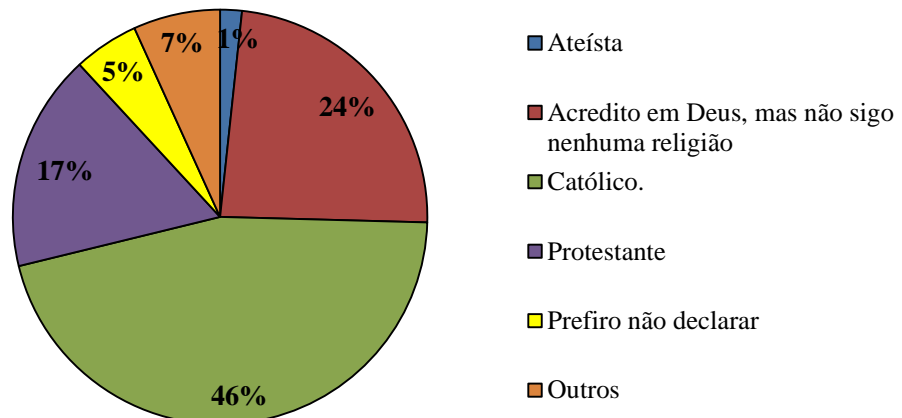


Fonte: Autor.

7ª QUESTÃO: Religião dos bolsistas.

Entre os bolsistas, referente à religião, vemos que 46% são católicos, 24% dos alunos dizem acreditar em Deus, mas não seguem nenhuma religião, 17% são protestantes, 5% preferiram não declarar, 1% é ateu e 7% se declaram pertencer à outra religião. Diante disso, é possível afirmar que 70% dos bolsistas são religiosos, com predominância do catolicismo.

Figura 12 - Religião dos bolsistas.



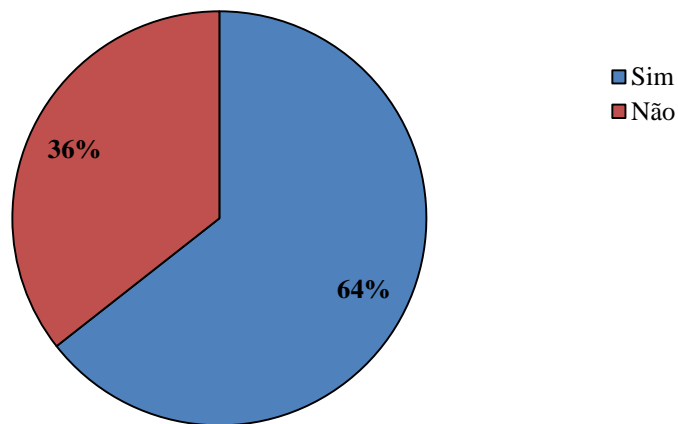
Fonte: Autor.

8ª QUESTÃO: Alunos que possuem computador ou notebook.

Dos pesquisados, 64% disseram ter um computador ou notebook e 36% responderam não possuir. Apesar dos avanços da tecnologia e da facilidade do acesso à internet, sabemos

que possuir uma ferramenta que lhe proporcione o acesso ao mesmo, é de fundamental importância, principalmente para os bolsistas, que precisam realizar pesquisas, fazer trabalhos acadêmicos e desenvolver as atividades dos programas de bolsas dos quais fazem parte. Vale destacar a importância do Laboratório de Informática do Curso de Matemática (LABMAT), que permite o acesso dos alunos do Curso, de maneira geral, para desenvolvimento de suas atividades.

Figura 13 - Alunos que possui ou não notebook.

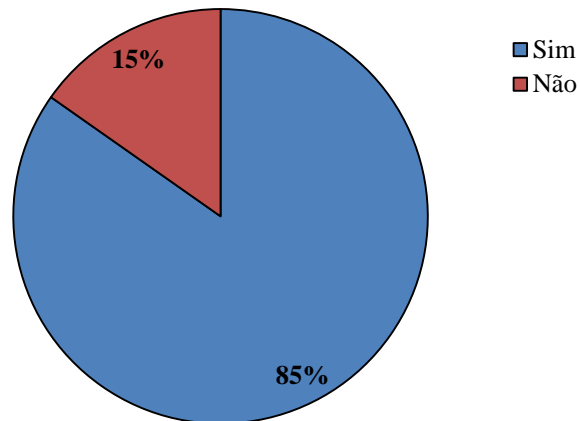


Fonte: Autor.

9ª QUESTÃO: Alunos que possuem acesso à internet em casa.

No Figura 14, verifica-se que 85% dos bolsistas possuem internet em casa, enquanto 15% disseram não possuir. A internet é a forma mais rápida e prática para realização de pesquisas, desenvolvimento de trabalhos e disseminação de informações. Como o celular é um item que a maioria da população possui hoje em dia e o mesmo permite acesso a e-mails, mensagens, redes sociais e pesquisas em sites, é importante observar que 85% dos bolsistas, mesmo quando estão em suas casas, conseguem obter informações acerca das atividades de seus programas de bolsas e realizar pesquisas para desenvolvimento de seus trabalhos.

Figura 14 - Alunos que possui internet em casa.

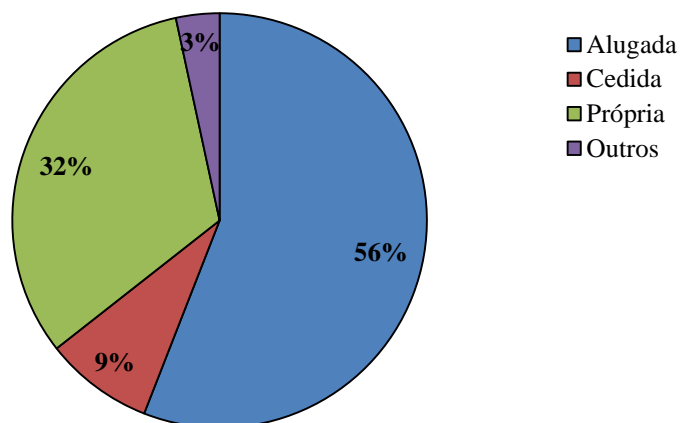


Fonte: Autor.

10ª QUESTÃO: Tipo de moradia no qual os alunos residem.

Com relação às moradias dos alunos, 56% disseram morar de aluguel, 32% moram em casa própria, 9% moram em casa cedida e 3% disseram morar em outro tipo de modalidade de moradia. Sobre outras modalidades de moradia, um dos bolsistas mora em uma casa financiada pelo programa Minha Casa Minha Vida, uma iniciativa do Governo Federal. É possível observar que boa parte dos alunos, mais da metade, moram de aluguel, uma realidade posta, dado que a maioria dos bolsistas é de outras cidades. Tal fato reforça ainda mais a importância das bolsas para estes alunos.

Figura 15 - Tipo de moradia dos alunos.

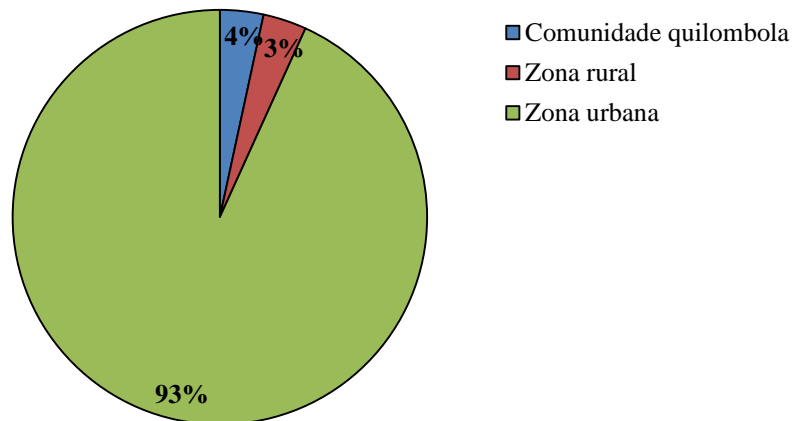


Fonte: Autor.

11ª QUESTÃO: Localização das residências dos alunos.

Sobre a localização das moradias dos alunos, a maioria dos bolsistas, 93%, mora em zona urbana e 7% em comunidade quilombola ou zona rural. Nota-se que, possivelmente, cerca de 93% dos bolsistas possuem mais facilidade para se movimentarem até à Universidade e seus locais de atuação conforme a localização das suas moradias.

Figura 16 - Localização da moradia dos alunos.

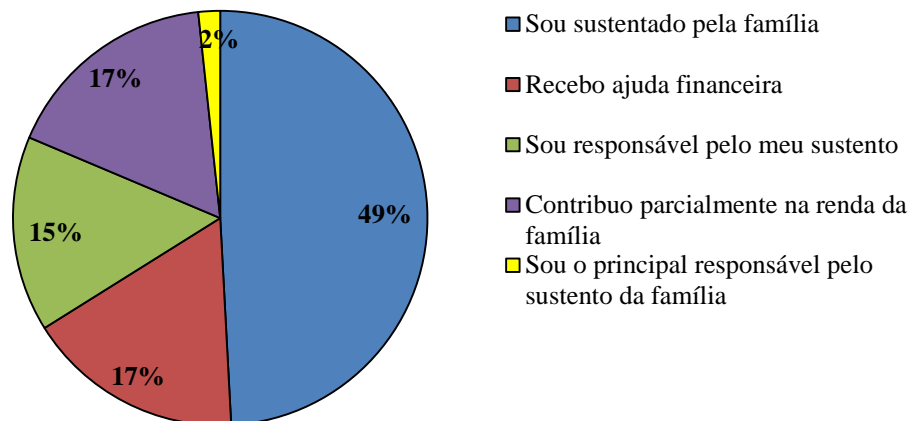


Fonte: Autor.

12ª QUESTÃO: Participação dos alunos na vida econômica do seu grupo familiar.

A pesquisa revelou que 49% dos bolsistas são sustentados pela família, 17% recebem algum tipo de ajuda financeira, 17% contribuem parcialmente na renda familiar, 15% são responsáveis pelo próprio sustento e 2% são os principais responsáveis pelo sustento de sua família. Assim, nota-se que 34% dos bolsistas participam de alguma forma, da renda de suas famílias. Para estes alunos, a bolsa beneficia outras pessoas, além do próprio bolsista, destacando mais uma vez, a extrema importância das bolsas na vida destes alunos.

Figura 17 - Participação dos alunos na renda do seu grupo familiar.

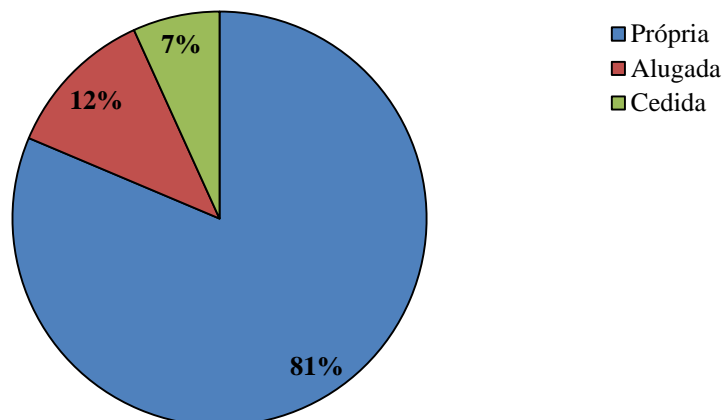


Fonte: Autor.

13ª QUESTÃO: Tipo de moradia das famílias dos alunos.

Conforme verifica-se na Figura 18, 81% das famílias dos bolsistas têm moradia própria. Esse número reflete a grande quantidade de bolsistas que são de outras cidades, dado que entre os bolsistas, 56% moram de aluguel.

Figura 18 - Tipo de moradia dos familiares dos alunos.



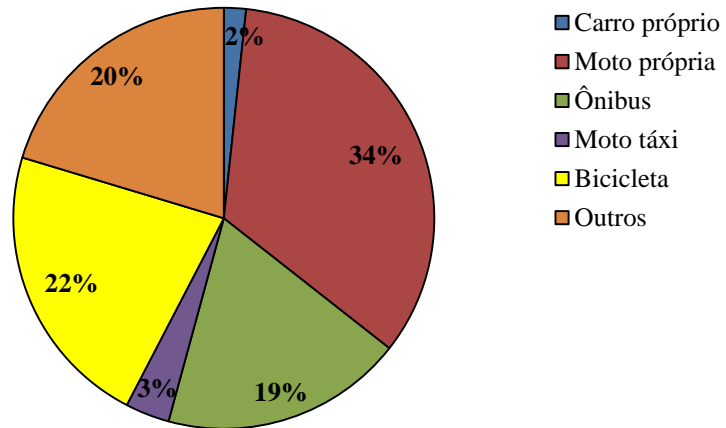
Fonte: Autor.

14ª QUESTÃO: Meio de transporte dos alunos para se deslocarem até a UFT.

É possível verificar pela Figura 19 que 34% utilizam motocicleta própria para poderem se deslocar até a UFT, 22% utilizam bicicleta, 19% utilizam ônibus, 3% utilizam moto táxi, 2% se deslocam em seu carro próprio e os outros 20% utilizam outros meios de transporte, como ir a pé e carona. Podemos notar que, apesar de alguns bolsistas terem

veículos próprios para se descolarem até a Universidade de uma maneira mais rápida e prática, o percentual de alunos que precisam de outros meios de transportes corresponde a 64%. Nota-se também que 58% dos bolsistas têm um gasto direto com transporte seja com abastecimento, passagens ou corridas de moto táxi.

Figura 19 - Meio de transporte dos alunos.

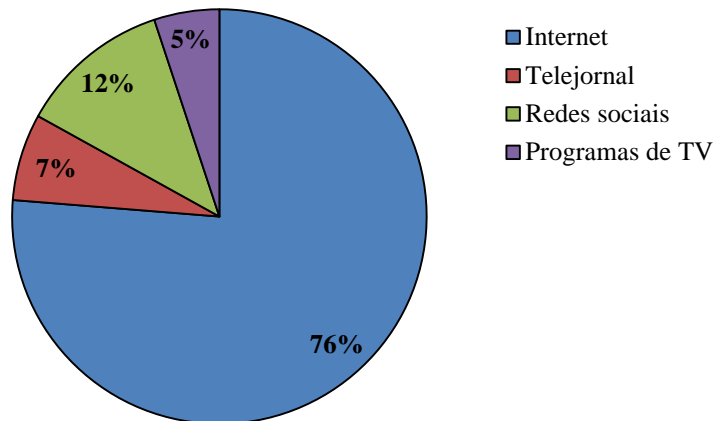


Fonte: Autor.

15ª QUESTÃO: Principais fontes de informações dos alunos sobre os acontecimentos atuais.

É expressivo, na Figura 20, o total de alunos que utiliza a internet para se manterem informados sobre os acontecimentos atuais, representando um total de 76% dos alunos, seguidos de 12% que usam as redes sociais, 7%, os telejornais e 5%, os programas de TV. Devido os avanços tecnológicos, a internet vem sendo a ferramenta mais utilizada principalmente, como meio de obter informações, inclusive, entre os bolsistas pesquisados.

Figura 20 - Fonte de informação dos alunos sobre acontecimentos atuais.

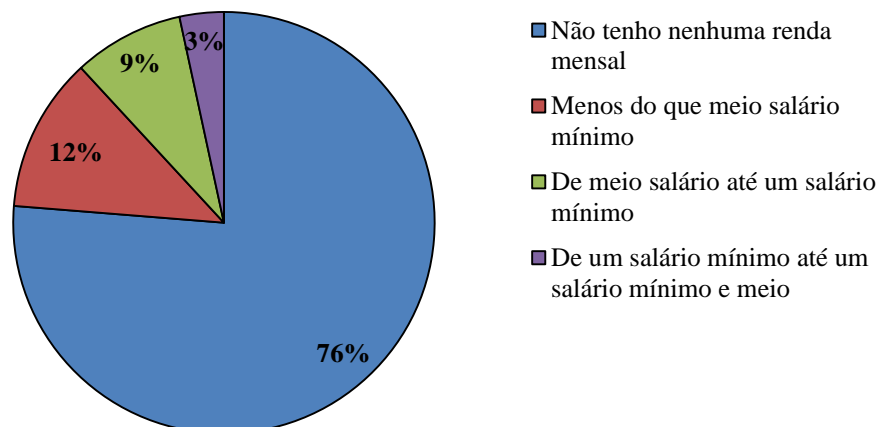


Fonte: Autor.

16ª QUESTÃO: Renda mensal dos alunos, além da bolsa.

Conforme os dados apresentados na Figura 21, a maioria dos bolsistas (76%) não tem nenhum tipo de renda além da bolsa, 12% tem renda menor do que meio salário mínimo, 9% tem renda entre meio salário mínimo a um salário e 3% tem renda entre um salário mínimo e um salário mínimo e meio. Apesar de possuírem a bolsa, alguns alunos (24%) procuram complementar a sua renda. O valor de R\$ 400,00, recebido, muitas vezes é insuficiente para o bolsista arcar com todas as suas despesas. A grande maioria não tem nenhuma renda mensal, pois os programas de bolsas, geralmente, requerem uma carga horária alta de dedicação dos bolsistas, o que impede que os alunos realizem outra atividade remunerada.

Figura 21 - Renda mensal dos alunos, além da bolsa.

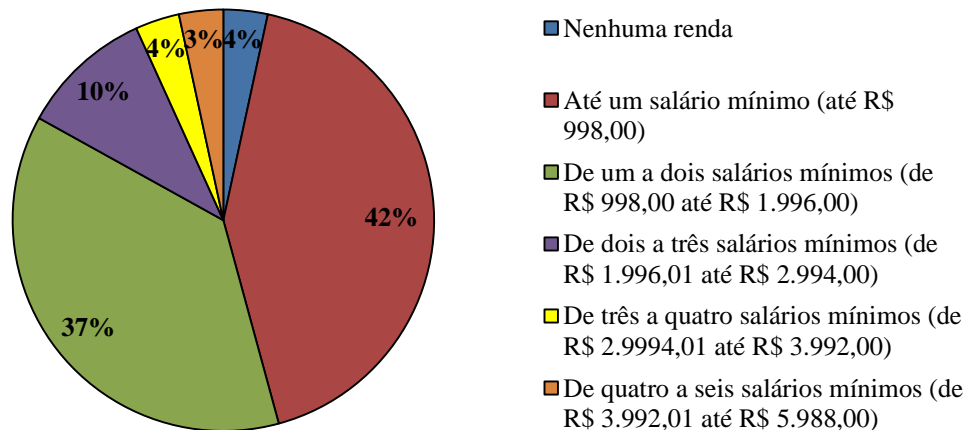


Fonte: Autor.

17ª QUESTÃO: Renda do grupo familiar dos alunos.

De acordo com a Figura 22, 42% do grupo familiar dos bolsistas possuem renda de até um salário mínimo, 37% entre um e dois salários mínimos, 10% de dois a três salários mínimos, 4% de três a quatro salários mínimos, 3% de quatro a seis salários mínimos e 4% não possui renda. Somando as porcentagens referentes aos alunos cujos grupos familiares recebem até dois salários mínimos, obtém-se 79%, valor maior que o obtido na V Pesquisa do Perfil do Graduando das Universidades Federais de 62,2% realizada pela Andifes, considerando os discentes da região Norte. Tal fato evidencia a grande quantidade de bolsistas de baixa renda que precisam realmente das bolsas pelas quais são contemplados.

Figura 22 - Renda do grupo familiar dos alunos.

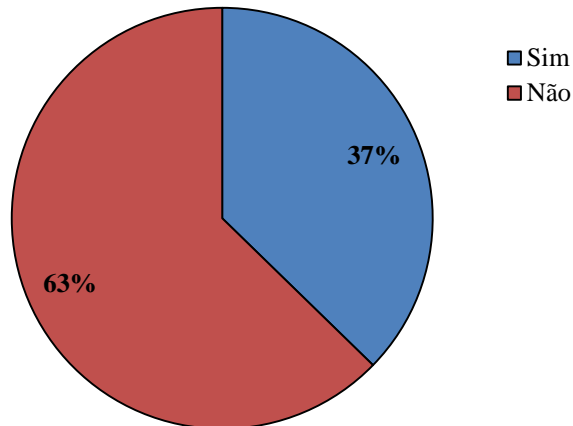


Fonte: Autor.

18ª QUESTÃO: Os alunos que já trabalharam ou não.

A maioria dos estudantes relatou nunca terem trabalhado, correspondendo a 63% dos bolsistas. Tal fato pode estar associado às baixas idades dos bolsistas ao ingressarem na Universidade, que, em sua maioria, ao terminarem o Ensino Médio, já ingressaram no Curso, não tendo passado pela experiência do trabalho antes do Curso. Dos 37% que já exerceram alguma atividade remunerada, a média de remuneração destes bolsistas, segundo as repostas dos pesquisados, era R\$ 632,81, cerca de 58% a mais do valor recebido fornecido pelos Programas de bolsa, o que pode estar associado aos 24% dos bolsistas que possuem renda, além da bolsa, na tentativa de complementarem o valor recebido.

Figura 23 - Alunos que já trabalharam.

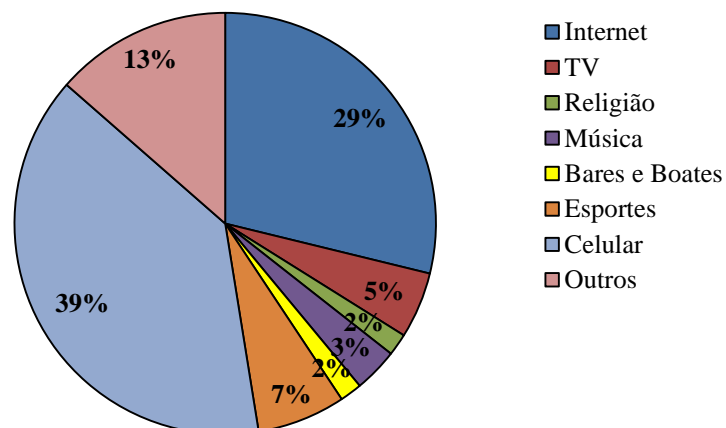


Fonte: Autor.

19ª QUESTÃO: As atividades que ocupam a maior parte do tempo livre dos alunos.

Sobre a atividade que ocupa a maior parte do tempo livre dos bolsistas, 39% dos alunos responderam que é o celular, 29% disseram que é a internet, 7%, o esporte, 5%, a TV, 3%, música, 2%, religião, 2%, bares e boates e 13% responderam disseram se ocupar com outras atividades como trabalho, dormir, faculdade e sair com os amigos, como demonstrado pela Figura 24. É notório que a maioria dos bolsistas (68%) se ocupa com celular e internet, o que indica que a grande maioria está conectada até no tempo livre.

Figura 24 - Atividades que mais ocupam o tempo livre dos alunos.



Fonte: Autor.

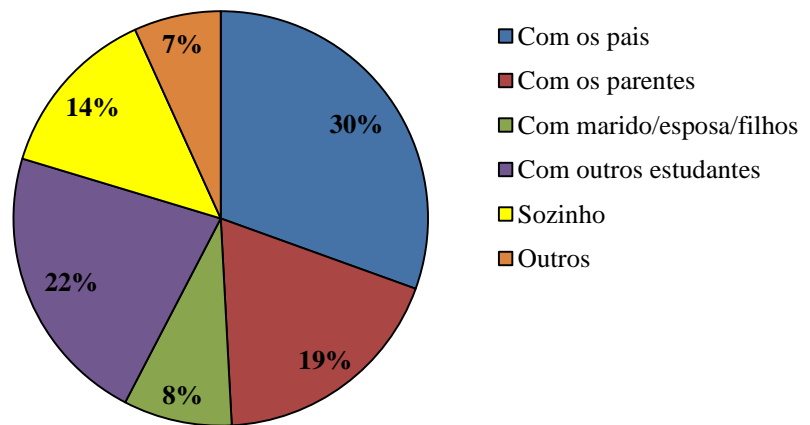
20ª QUESTÃO: Os alunos que residem na casa do estudante.

De todos os participantes da pesquisa, nenhum reside na casa do estudante. A casa do estudante em Araguaína oferta apenas 32 vagas, conforme informações obtidas no site da UFT. É possível que nenhum dos bolsistas usufrua de tal moradia pelo baixo quantitativo de vagas ofertadas. Dessa forma, a necessidade dos bolsistas vindos de outras cidades morarem de aluguel é legítima e acaba representando mais um gasto para os alunos que têm que custear além do aluguel, despesas como água, energia, internet, alimentação, entre outros.

21ª QUESTÃO: Pessoas com as quais os alunos residem.

É possível identificar, pela Figura 25, que 30% dos alunos residem com os pais, 22% moram com outros estudantes, 19% com os seus parentes, 14% moram sozinho, 8% com marido/esposa/filhos e 7% responderam morar com outras pessoas como irmã, avós e amigos. A maioria dos bolsistas depende de alguém na moradia, seja de família ou amigos. Os 22% de bolsistas que moram com outros estudantes reflete mais uma vez as demandas dos alunos que são de outras cidades. Apenas 14% dos bolsistas moram sozinhos, representando 8 alunos dos 59 pesquisados.

Figura 25 - Pessoas com quem os alunos residem.

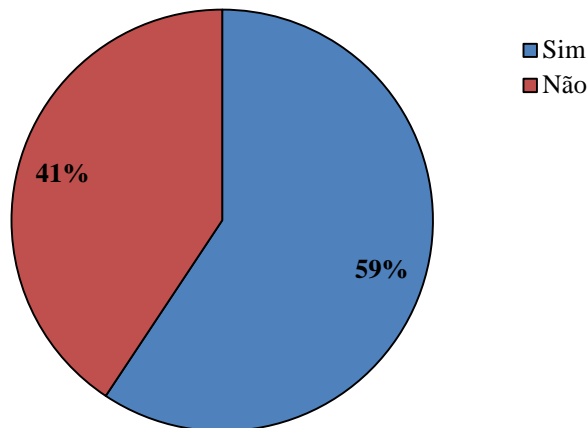


Fonte: Autor.

22ª QUESTÃO: Os alunos que contribuem ou pagam pela moradia.

Quando perguntados se pagam pela moradia, 59% dos alunos responderam que contribuem financeiramente com moradia. Aqui, é evidente que a maioria dos estudantes têm gastos mais altos por conta da moradia. O que ficará mais evidente, apresentado na Figura 28.

Figura 26 - Alunos que contribuem ou pagam pela moradia.

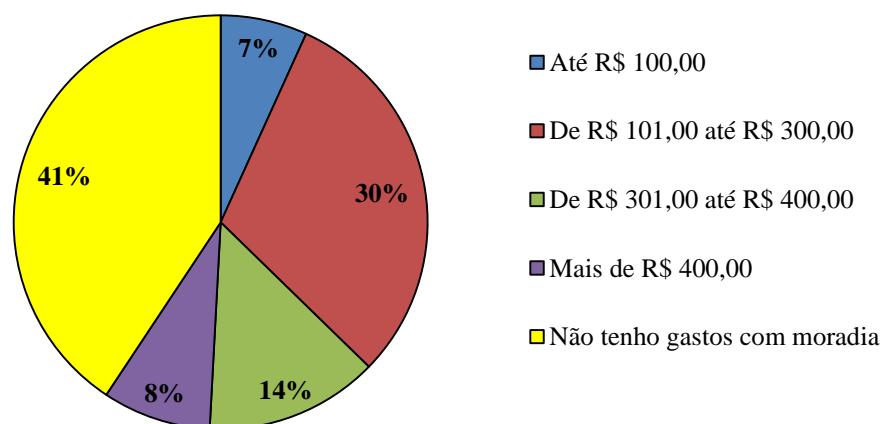


Fonte: Autor.

23ª QUESTÃO: Gasto mensal dos alunos com moradia.

Com relação aos 59% dos alunos que pagam moradia, 13% gastam por mês até R\$ 100,00, 50% gastam entre R\$ 101,00 até R\$ 300,00, 21% gastam entre R\$ 301,00 até R\$ 400,00 e 16% gastam mais de R\$ 400,00. Considerando a bolsa recebida pelos alunos de R\$ 400,00, apenas 13% dos bolsistas comprometem menos de 25% do valor de suas bolsas com aluguel e 37% comprometem mais de 75% do valor de suas bolsas com aluguel. Tal fato evidencia o quanto o valor da bolsa é baixo diante das demandas dos bolsistas.

Figura 27 - Gasto mensal dos alunos com moradia.

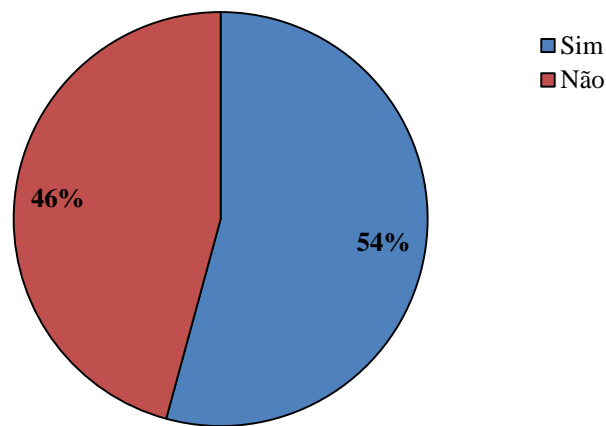


Fonte: Autor.

24ª QUESTÃO: Os alunos que pagam ou contribuem regularmente com transporte para se deslocarem até a UFT.

De acordo com a Figura 28, 54% dos bolsistas pagam ou contribuem para se locomoverem até a Universidade. Apesar das ações do governo federal juntamente aos estados e municípios custeando os meios de transportes dos estudantes que realmente necessitam o apoio, não é suficiente para atender a todos, tendo em vista que há alunos que contribuem e pagam aluguel de ônibus particulares para poderem chegar até a UFT, sendo esses alunos, na grande maioria, de cidades e assentamentos vizinhos. Assim, além de 59% dos alunos terem gasto com aluguel, 54% também têm gasto com transporte, o que compromete ainda mais o valor recebido pelo programa de bolsa.

Figura 28 - Alunos que contribuem ou pagam pelo transporte.

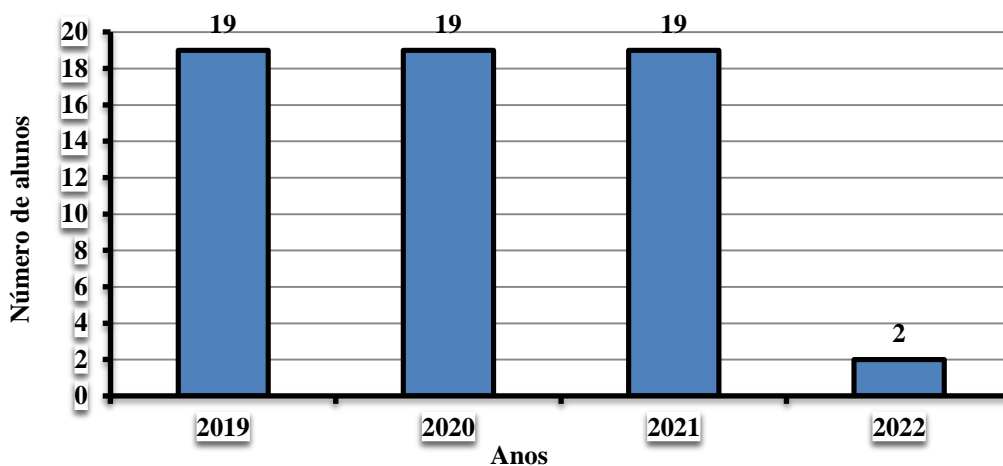


Fonte: Autor.

25ª QUESTÃO: Ano previsto dos alunos para a conclusão do Curso.

Quando perguntados sobre a previsão do ano de conclusão do Curso, 19 alunos irão concluir o Curso no ano de 2019, 19 alunos irão concluir o Curso no ano de 2020, 19 alunos irão concluir o Curso no ano de 2021 e apenas 2 alunos irão concluir o Curso em 2022. Com isso, em 2019 serão liberadas 32% das bolsas vigentes e em 2020, outros 32% para ingresso de novos bolsistas. Os resultados podem ser conferidos na figura 29.

Figura 29 - Ano previsto para conclusão do curso.

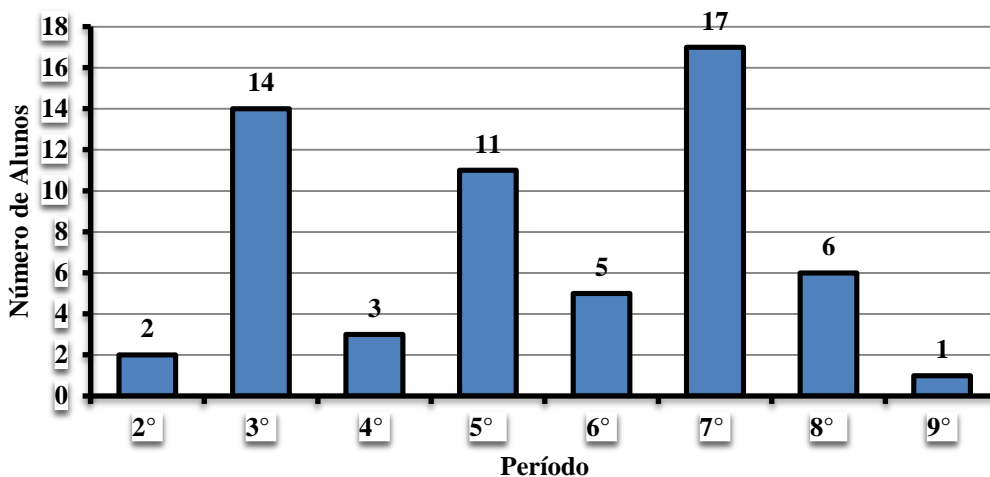


Fonte: Autor.

26ª QUESTÃO: Período atual dos alunos.

A Figura 30 mostra o número de bolsistas em cada período. Observamos que a maioria dos bolsistas são do 3º, 5º e 7º período. A figura evidencia o que foi apresentado na Figura 4, dado que a maioria dos bolsistas do Pibid estão matriculados entre os períodos terceiro e quinto e na Figura 5, dado que a maioria dos bolsistas do PRP estão no 7º período.

Figura 30 - Período atual dos alunos.

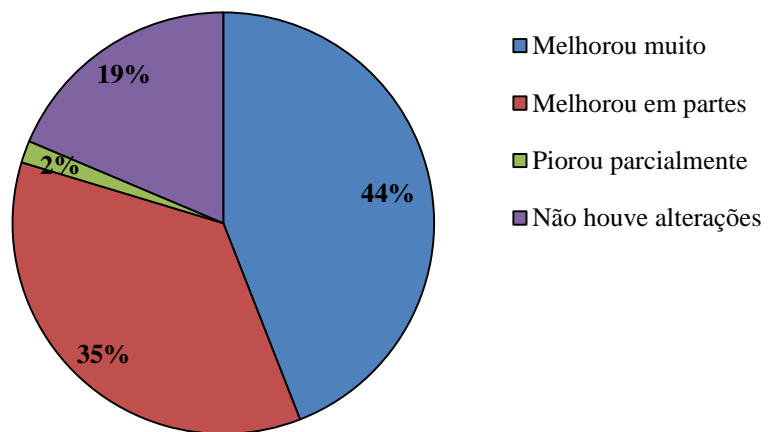


Fonte: Autor.

27ª QUESTÃO: Rendimento dos alunos após terem sido contemplados com a bolsa.

Essa questão aponta que 79% dos bolsistas acreditam que houve melhora no rendimento acadêmico dos mesmos. Os principais objetivos dos programas de bolsas é a permanência e melhora do rendimento dos alunos nas Universidades e incentivo aos mesmos, conforme o Curso superior escolhido. Conforme o resultado, 21% dos bolsistas do Curso indicam que, possivelmente, tais objetivos não têm sido contemplados em sua totalidade.

Figura 31 - Nível de rendimento dos alunos depois de ter sido contemplado com a bolsa.

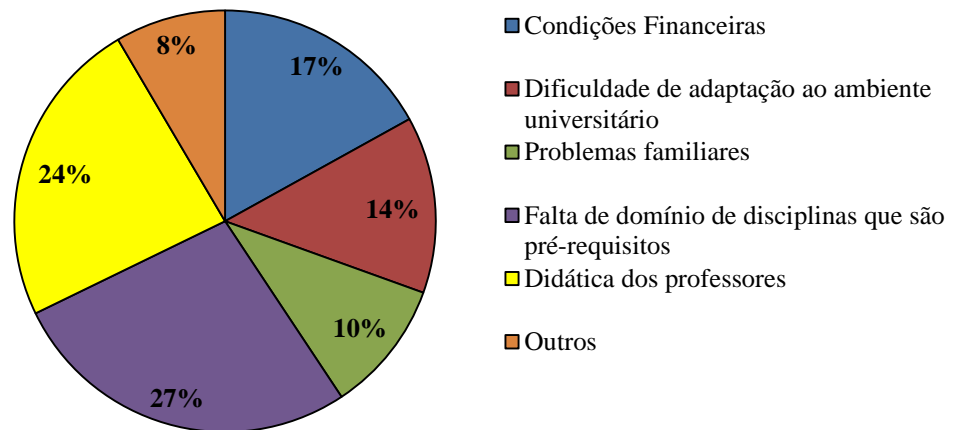


Fonte: Autor.

28ª QUESTÃO: Opiniões dos alunos sobre o mau rendimento acadêmico.

Sob a ótica dos alunos sobre o que mais contribuem para o mau desempenho acadêmico, 27% dos alunos citaram a falta de domínio de disciplinas que são pré-requisitos, 24% mencionaram a didática dos professores, 17% alegaram condições financeiras, 14%, a dificuldade de adaptação ao ambiente universitário, 10%, problemas familiares e os 8% restantes se referiram a dificuldades como morar em outra cidade, exagero de atividades e falta de conhecimento básico. Todas as causas citadas são relevantes para o mau desempenho no Curso, conforme os bolsistas, porém, a grande maioria (51%) dos bolsistas associam o mau desempenho à falta de domínio de disciplinas que são pré-requisitos e a didática dos professores. Tais fatos estão diretamente ligados as dificuldades de passar nas disciplinas e a possível falta de motivação de alguns para conclusão do Curso.

Figura 32 - Opinião dos alunos sobre o mau desempenho acadêmico.

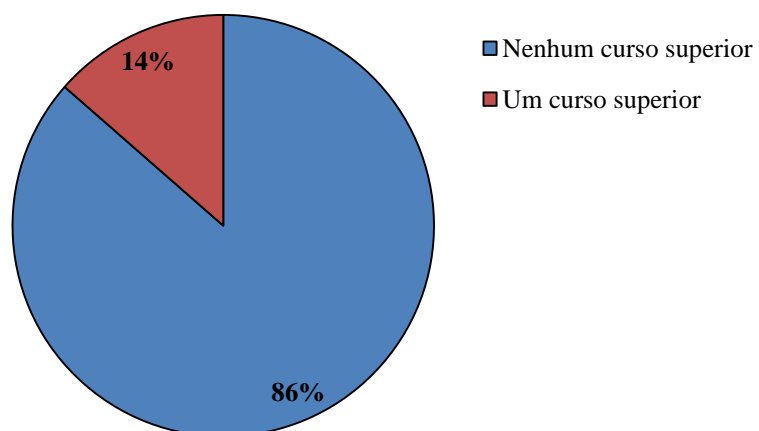


Fonte: Autor.

29ª QUESTÃO: Quantidade de curso superior os alunos já iniciaram, além do curso de Matemática.

Quando perguntados sobre quantos Cursos superiores já iniciaram além do Curso de Matemática, 86% dos alunos disseram nunca terem iniciado outro Curso. Tal fato também pode estar associado às baixas idades dos bolsistas ao ingressarem na Universidade, que, em sua maioria, ao terminarem o Ensino Médio, já ingressaram no Curso, não tendo oportunidade de iniciar outro curso. Os 14% restantes disseram ter iniciado outros Cursos como Pedagogia e Ciências Contábeis.

Figura 33 - Quantidade de curso superior iniciado, além do curso de Matemática.

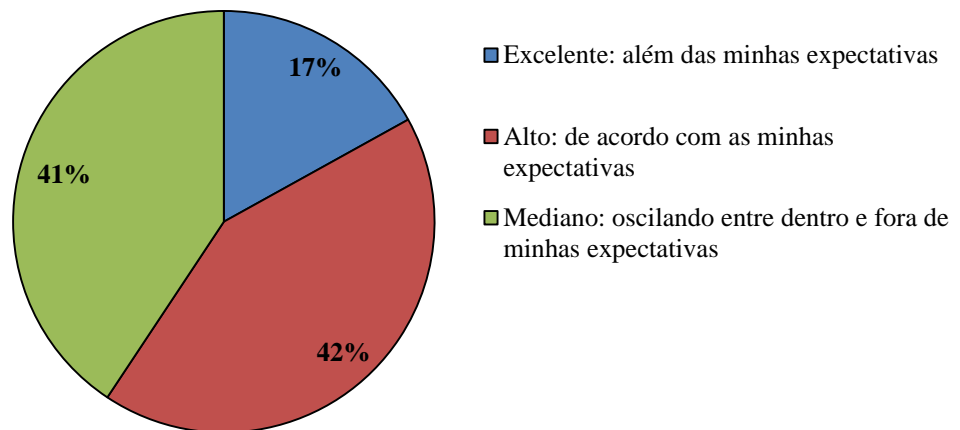


Fonte: Autor.

30ª QUESTÃO: Nível de satisfação dos alunos com o Curso:

Em relação ao nível de satisfação, 59% dos bolsistas mostram-se satisfeitos com o Curso. Os 41% restantes podem ter levado em consideração as causas destacadas na Figura 32. Nenhum aluno respondeu a opção “baixo: abaixo de minhas expectativas”.

Figura 34 - Nível de satisfação dos alunos com o curso.

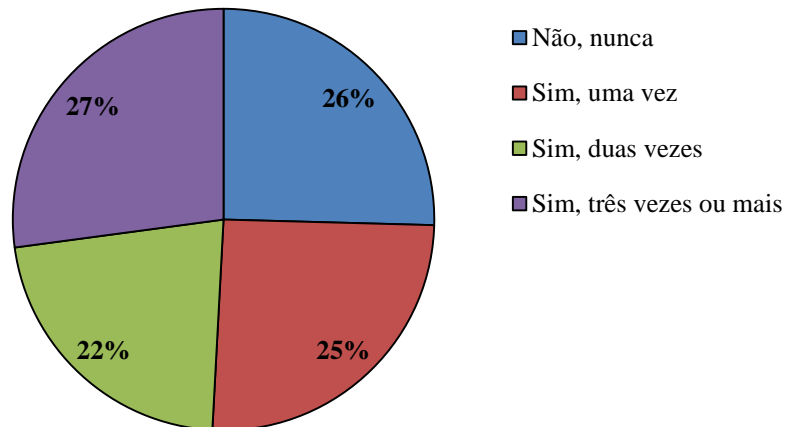


Fonte: Autor.

31ª QUESTÃO: Índice de reprovação dos alunos nas disciplinas do Curso.

De acordo com a Figura 35, apenas 26% dos bolsistas nunca reprovaram em uma disciplina e 74%, reprovaram em, pelo menos, uma disciplina até o momento da pesquisa. As bolsas e o envolvimento mais ativo dos bolsistas com o Curso por meio das atividades e ações desenvolvidas pelos programas, principalmente, cerca 79% dos bolsistas apontaram melhora em seu rendimento acadêmico, colaborando para que o número de reprovações diminua.

Figura 35– Índice de reprovação dos alunos em uma disciplina.

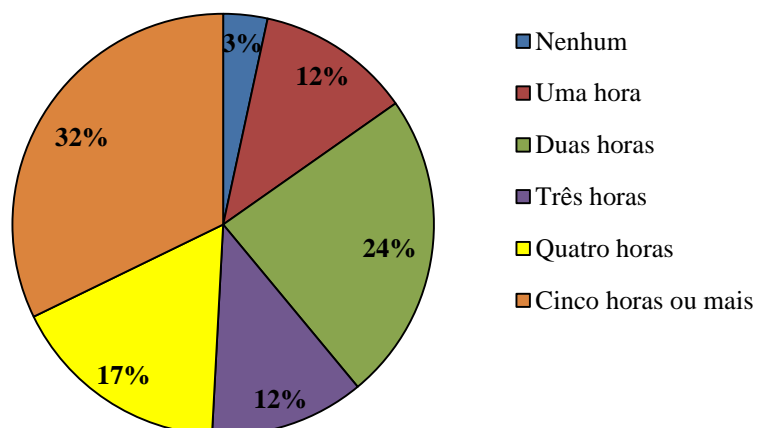


Fonte: Autor.

32ª QUESTÃO: Tempo diário que os alunos reservam para estudarem.

Sobre o tempo que os alunos reservam para estudar, 85% responderam que reservam de duas ou mais horas, diariamente. Esse é um fato importante entre os bolsistas. Os Programas dos quais os alunos fazem parte podem ter uma relação direta com este comprometimento. Vale destacar que 76% dos bolsistas disseram não ter outra renda além da bolsa, o que indica que este grupo se dedica exclusivamente ao Curso, permitindo que se comprometam mais com estudos no que diz respeito às horas dedicadas.

Figura 36 - Tempo diário reservado para estudar.

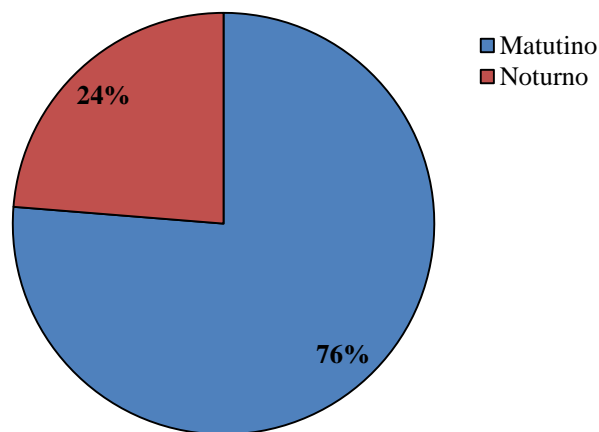


Fonte: Autor.

33ª QUESTÃO: Turno no qual estão matriculados os alunos.

Sobre o turno no qual os bolsistas estão matriculados, 76% dos alunos estão matriculados regularmente no turno matutino e os outros 24% matriculados no turno noturno. Podemos notar que a maioria dos alunos que participam dos programas de bolsas oferecidas na Universidade é do turno matutino. Geralmente, os alunos do turno matutino possuem mais disponibilidade de tempo para poder atuar com efetividade nos programas de bolsas. Os discentes do período noturno, geralmente, optam por este turno por trabalharem durante o dia, o que impede uma grande participação dos mesmos nos programas de bolsas. Aqui, também vale destacar que, no momento, conforme informações obtidas na Secretaria Acadêmica da UFT, 57% do total de alunos matriculados no Curso é do turno matutino enquanto 43% é do noturno, o que sugere de antemão uma maior proporção de bolsistas do turno matutino.

Figura 37 - Turno no qual estão matriculados os alunos.

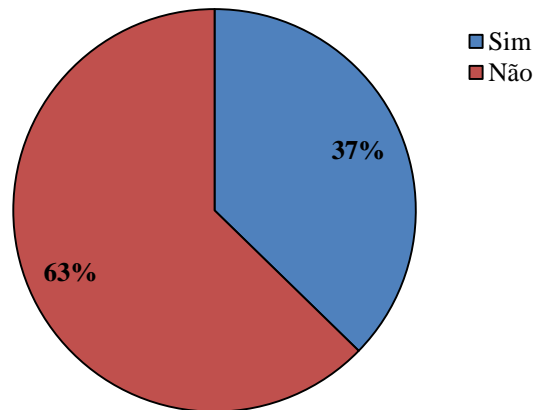


Fonte: Autor.

34ª QUESTÃO: Os alunos que já ouviram falar sobre o PNAES.

Sobre o PNAES, 63% dos bolsistas disseram não ter ouvido falar sobre. Como já discutido, o PNAES é o marco principal da concretização da assistência estudantil e atende os alunos em demandas como transporte, moradia, alimentação e outros. Tal resultado sugere uma maior divulgação do PNAES aos bolsistas. Vale destacar que alguns desses recursos podem ser recebidos mesmo com o recebimento de bolsa por meio do Programas em destaque neste trabalho.

Figura 38 - Alunos que já ouviram falar no PNAES.

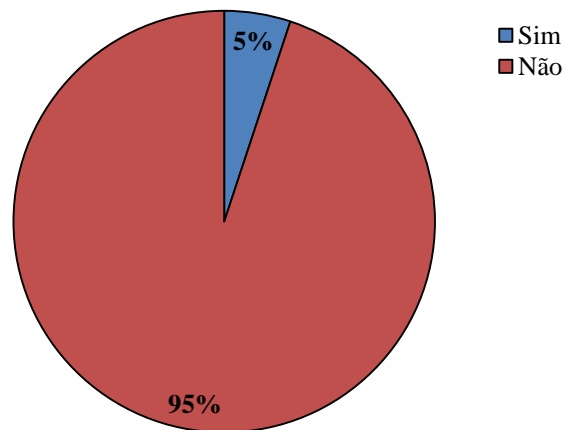


Fonte: Autor.

35ª QUESTÃO: Alunos que já conheciam o PNAES, antes de ingressarem na UFT.

Ainda sobre o PNAES antes de ingressar na UFT, a falta de conhecimento sobre o mesmo é ainda maior. 95% disseram nunca ter ouvido falar sobre. Tal resultado evidencia que alguns jovens, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podem estar deixando de ingressar na Universidade por não terem conhecimento do apoio financeiro que podem obter em prol de sua permanência no Curso escolhido, além dos programas de bolsas disponíveis.

Figura 39 - Alunos que já conheciam o PNAES.

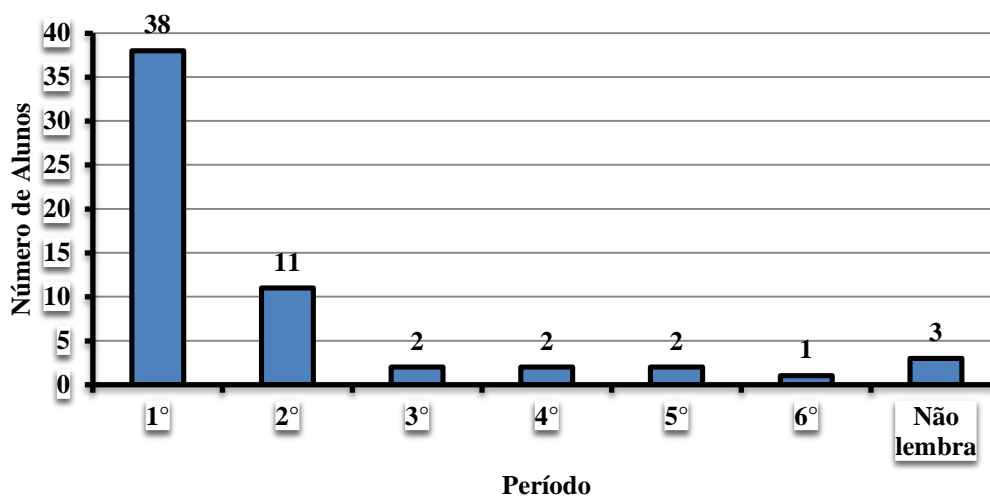


Fonte: Autor.

36ª QUESTÃO: Período no qual os alunos ficaram sabendo sobre os programas de bolsas.

Sobre o período no qual ficaram sabendo sobre os programas de bolsas, 49 alunos apontaram o 1º ou 2º período, o que representa um total de 83% dos bolsistas. Tal fato indica que os programas estão sendo bem divulgados. Existe uma grande importância em se conhecer os programas o mais cedo possível, para que os alunos se envolvam mais efetivamente com o Curso e não haja abandono ou desistência.

Figura 40 - Período no qual os alunos ficaram sabendo sobre os programas de bolsas.

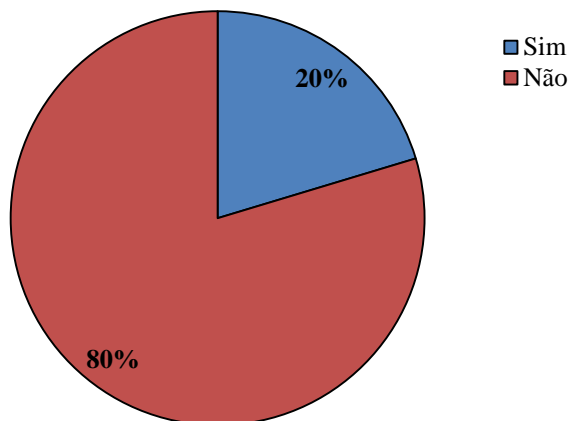


Fonte: Autor.

37ª QUESTÃO: Sobre os programas de bolsas estarem sendo divulgados de forma satisfatória.

Sobre a divulgação dos programas de bolsas, 80% dos alunos disseram não ser satisfatória, embora 64% dos alunos tenham indicado conhecimento acerca dos programas já no 1º período no Curso. Os alunos expressam a existência de dificuldade em saber quando e quais bolsas estão disponíveis.

Figura 41 - Opinião dos alunos sobre a divulgação das bolsas se é satisfatória.

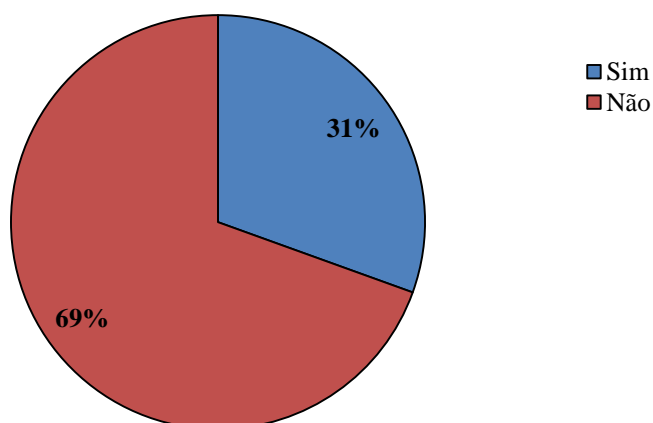


Fonte: Autor.

38ª QUESTÃO: Sobre os alunos já conhecerem os programas de bolsas antes de ingressarem na Universidade.

Entre os bolsistas do Curso, 69% disseram não ter conhecimento sobre os programas de bolsas antes de ingressarem no Curso. Geralmente, os programas de bolsas ofertados na Universidade são voltados para alunos que estão matriculados regularmente em algum dos Cursos de graduação, coerentemente, as informações sobre os mesmos são divulgados dentro da própria Universidade. Aqui, pode-se refletir sobre a possível importância em divulgar os programas de bolsas aos alunos do Ensino Médio, futuros graduandos. A divulgação dos programas, em relação à forma de atuação, valores das bolsas, projetos desenvolvidos poderia atrair mais candidatos ao Curso de Matemática.

Figura 42 - Alunos que já conheciam sobre os programas de bolsas.

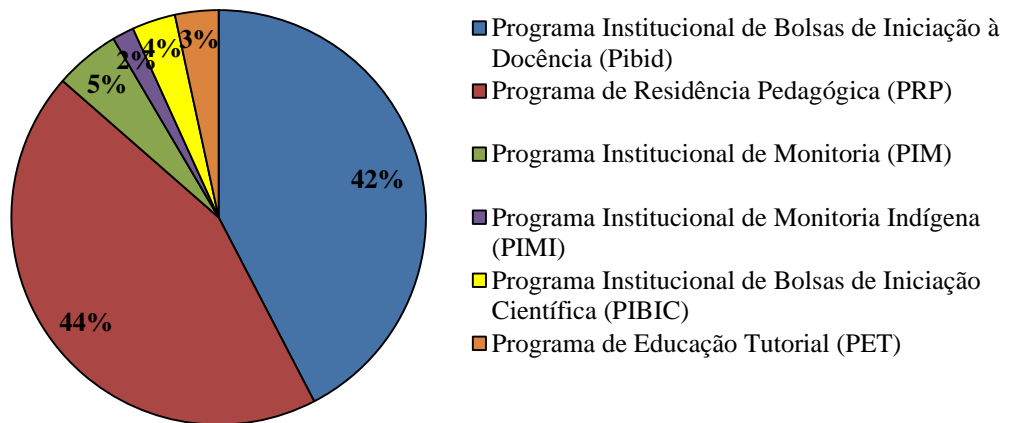


Fonte: Autor.

39ª PERGUNTA: Distribuição dos alunos pelos programas de bolsas nos quais são beneficiados.

Sobre os Programas nos quais os bolsistas atuam, conforme a Figura 43, 44% são contemplados pelo PRP, 42% pelo Pibid, 5% pelo PIM, 4% pelo PIBIC, 3% pelo PET e 2%, pelo PIMI. O PRP e o Pibid são responsáveis por expressivos 86% das bolsas do Curso de Licenciatura em Matemática. É importante observar que ambos os Programas prevêem uma atuação direta dos bolsistas nas Escolas do Município. Dessa forma, as Escolas são beneficiadas por 51 discentes do Curso, cerca de 24% dos alunos matriculados.

Figura 43 - Programas de bolsas dos quais os alunos participam.

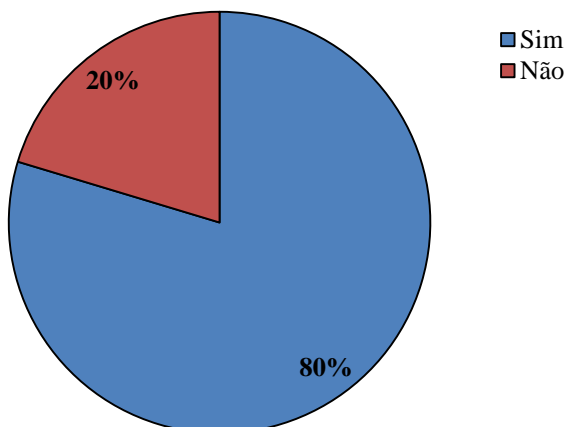


Fonte: Autor.

40ª QUESTÃO: Sobre o possível cancelamento da bolsa, poderia comprometer na conclusão do curso.

Sobre um possível cancelamento da bolsa, 80% dos estudantes disseram que teriam sua conclusão do Curso comprometida. Sabemos que um dos benefícios das bolsas é o incentivo à permanência do aluno na Universidade. Tal resultado evidencia esse fato, dado que muitos dos bolsistas dependem do valor recebido.

Figura 44 – Sobre o cancelamento da bolsa comprometeria a conclusão do curso.

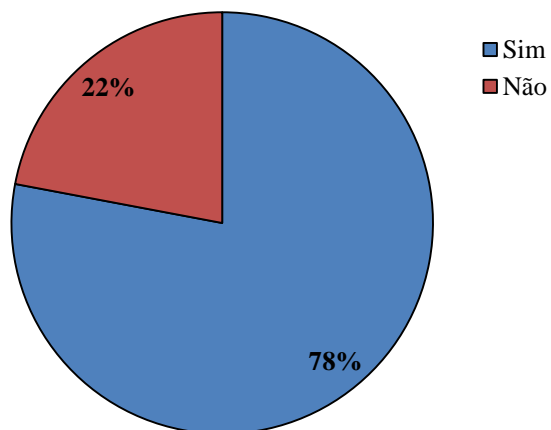


Fonte: Autor.

41ª QUESTÃO: Sobre não ter uma bolsa, o rendimento acadêmico poderia ser prejudicado.

Essa questão indica que 78% dos alunos, conforme a Figura 45, acreditam que seu rendimento acadêmico seria prejudicado na falta da bolsa, possivelmente, pelas mesmas razões apontadas na questão anterior. Além disso, as ações e atividades desenvolvidas nos programas permitem maior envolvimento dos bolsistas com o Curso, maior interação entre os alunos que acabam motivando um ao outro e maior interação entre os alunos e a Escola, possível local de trabalho desses bolsistas após a conclusão do Curso. Todos esses fatores colaboram para um maior desempenho destes bolsistas no Curso.

Figura 45 - O rendimento acadêmico seria prejudicado caso não tivesse a bolsa.

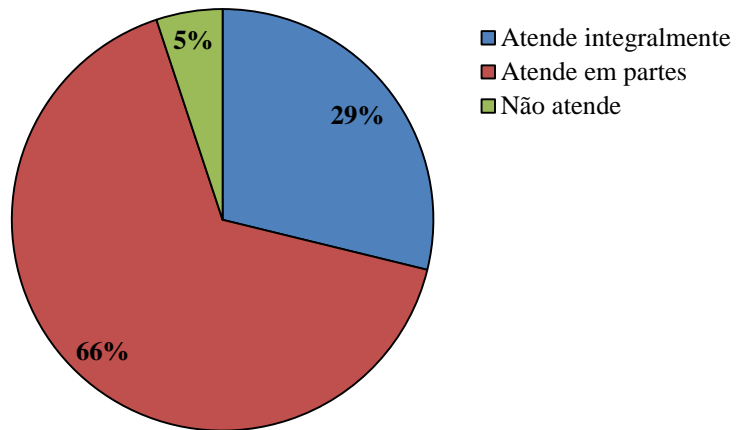


Fonte: Autor.

42ª QUESTÃO: Questão sobre a bolsa atender as necessidades financeiras dos alunos para permanência com sucesso na Universidade.

A maioria dos bolsistas (95%) citaram que a bolsa atende suas necessidades financeiras em partes ou integralmente. Apesar da bolsa não ter um valor ideal para arcar com todas as demandas dos estudantes, o resultado aponta que ela consegue proporcionar uma certa estabilidade aos bolsistas, pelo menos, diminuindo uma parte das despesas que teria que ser conseguida por meio de familiares e outros ou por meio de um trabalho.

Figura 46 - Atendimento da bolsa nas necessidades financeiras dos alunos.

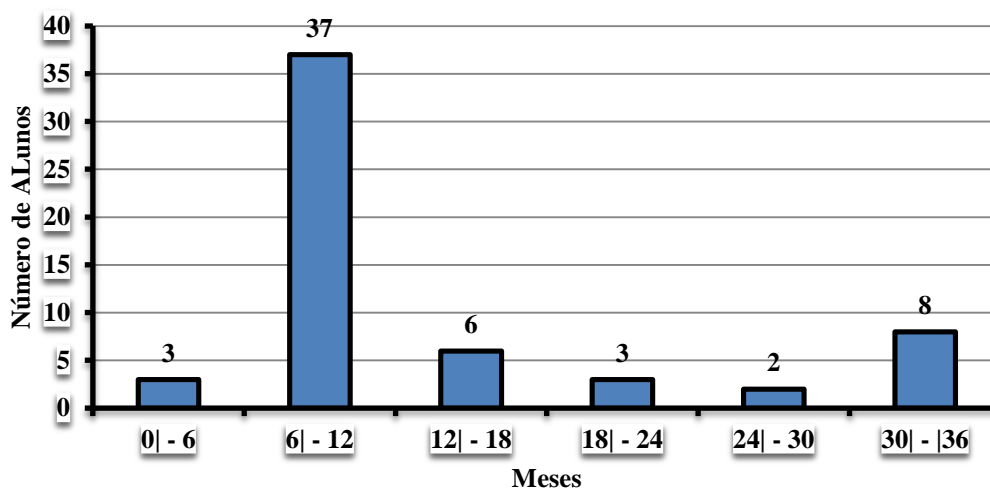


Fonte: Autor.

43ª QUESTÃO: Tempo no qual os alunos são bolsistas.

Sobre o tempo de atuação dos pesquisados como bolsistas, conforme a Figura 47, a maioria (63%) é bolsista entre 6 e 11 meses. Pelos resultados, apenas 3 alunos ingressaram nos programas no ano corrente. É importante destacar que 32% dos bolsistas possuem alguma bolsa há um ano ou mais. Tal fato reflete o interesse no envolvimento dos bolsistas com os programas e conseqüentemente, com o Curso, comunidade acadêmica e comunidade externa.

Figura 47 - Tempo dos alunos como bolsistas.

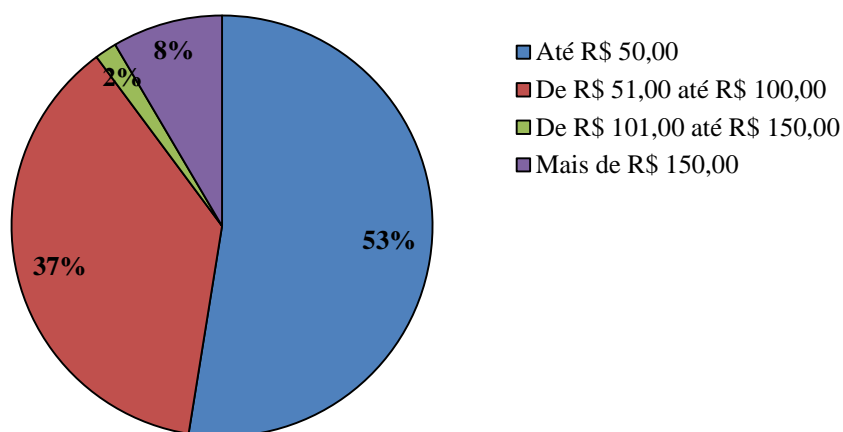


Fonte: Autor.

44ª PERGUNTA: Comprometimento financeiro da bolsa dos alunos com atividades acadêmicas (livros, impressões, fotocópias, pesquisas, etc.).

Com relação às despesas com as atividades acadêmicas, 90% dos alunos disseram ter gastos de até R\$100,00. Aqui, têm-se mais uma entre tantas despesas dos alunos no dia-a-dia acadêmico, comprometendo ainda mais o valor recebido pelos programas.

Figura 48 - Comprometimento financeiro da bolsa com atividades acadêmicas.

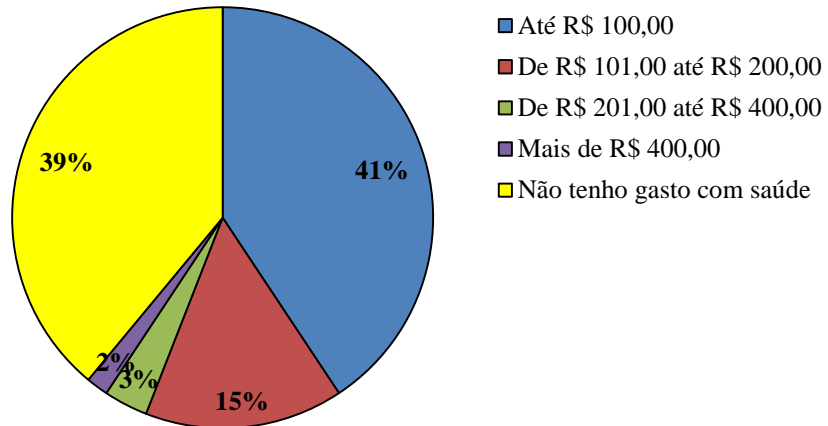


Fonte: Autor.

45ª QUESTÃO: Comprometimento financeiro da bolsa dos alunos com saúde (atendimento dentário, psicológico, serviços médicos, etc.).

Com relação às despesas com saúde, 56% dos bolsistas disseram gastar até R\$200,00 com saúde, mensalmente, o que representa mais uma parte da bolsa dos alunos comprometida. Vale destacar que 39% disseram não comprometer parte da bolsa com saúde.

Figura 49 - Comprometimento financeiro da bolsa com saúde.

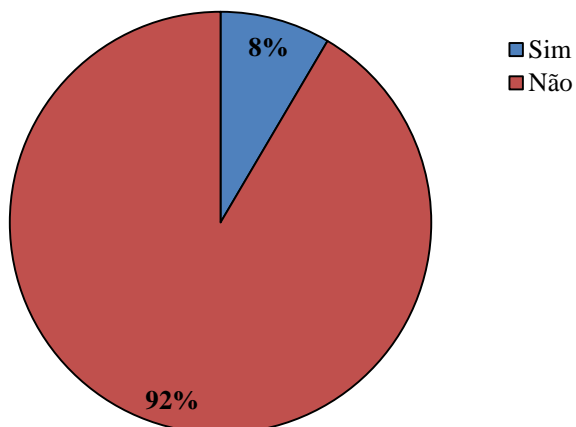


Fonte: Autor.

46ª QUESTÃO: Os alunos que mantêm, com o recurso da bolsa, algum tipo de consórcio ou financiamento.

Conforme mostra a Figura 50, 92% dos pesquisados não mantêm nenhum tipo de consórcio ou financiamento com a bolsa. O valor da bolsa dificilmente poderia manter algum tipo de consórcio ou financiamento ou garantia aprovação em uma dessas formas de adquirir um veículo. Analisando os cinco bolsistas que mantêm consórcio, vale destacar que três deles trabalhavam antes de ingressar no Curso. Uma possibilidade é de que tenham adquirido o consórcio ou financiamento durante a época em que trabalhavam.

Figura 50 - Comprometimento financeiro da bolsa com consórcio ou financiamento.

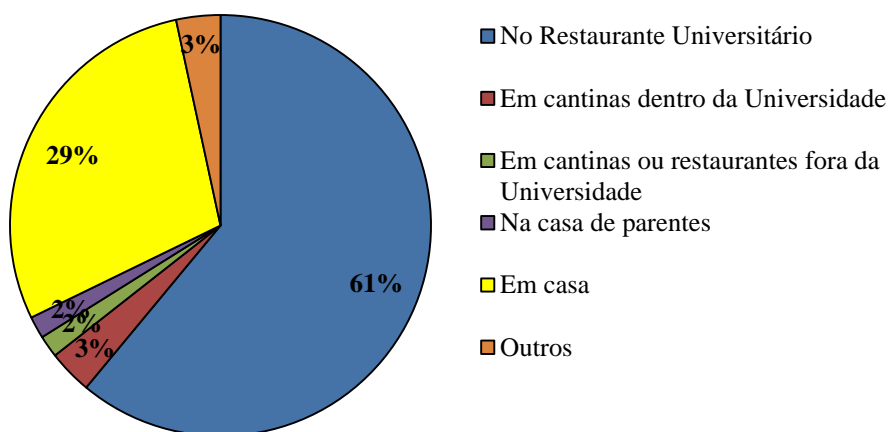


Fonte: Autor.

47ª QUESTÃO: Localidades no qual os alunos realizam as suas refeições diárias.

Sobre refeições, 61% dos alunos as fazem no Restaurante Universitário. O Restaurante Universitário tem como objetivo oferecer uma refeição de qualidade com preço baixo à comunidade acadêmica. Isso representa um menor comprometimento das bolsas dos alunos com alimentação. Além disso, 29% fazem suas refeições na própria residência, o que também pode representar uma economia dos gastos com alimentação.

Figura 51 – Locais onde os alunos realizam suas refeições.

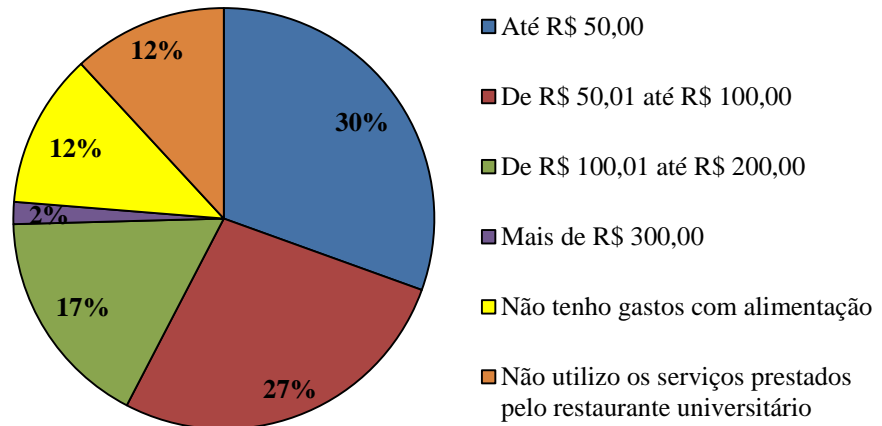


Fonte: Autor.

48ª QUESTÃO: Economia mensal dos alunos utilizando os serviços prestados pelo restaurante universitário.

Com relação às previsões de economia sobre os serviços prestados pelo RU, 46% economizam entre R\$50,01 e R\$300,00. A ideia do RU é justamente trazer a maior economia aos alunos. Aqui, é possível observar que muitos dos bolsistas do Curso conseguem economizar uma parte considerável de suas bolsas com alimentação. Vale destacar que 12% dos bolsistas não têm gastos com alimentação. Possivelmente, são alunos com família ou parentes em Araguaína.

Figura 52 - Economia dos alunos nas refeições no Restaurante Universitário.

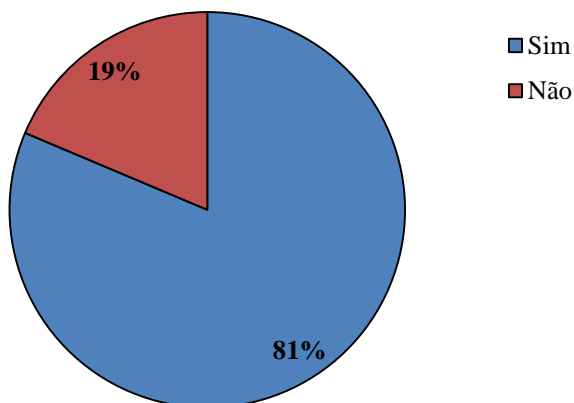


Fonte: Autor.

49ª PERGUNTA: Você tem interesse em participar de projetos de extensão ou pesquisa, mesmo sem o recebimento de bolsa?

Quando perguntados sobre o interesse em participar de projetos de extensão ou pesquisa sem o recebimento financeiro da bolsa, 81% dos participantes disseram que “sim”, e os outros 19% responderam que “não”. Podemos destacar a importância de realizar pesquisas e extensão na formação e aprendizados como aluno e futuro docente, principalmente para agregar trabalhos ao seu currículo lattes, com publicação de trabalho em revistas científicas e eventos nacionais e até mesmo internacionais.

Figura 53 - Interesse dos alunos em participar de projetos de extensão ou pesquisa sem recebimento de bolsa.

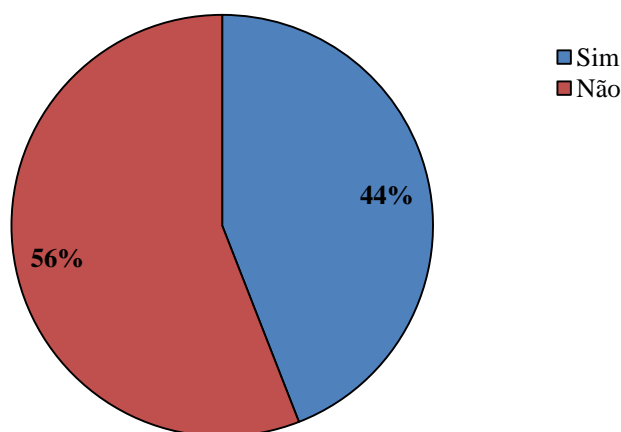


Fonte: Autor.

50ª QUESTÃO: Sobre os alunos conhecerem alguém que já teve a bolsa cancelada.

Sobre cancelamentos de bolsas, 44% dos bolsistas disseram conhecer algum aluno que teve a bolsa cancelada. O cancelamento da bolsa geralmente é por alguma quebra de requisito por parte do aluno participante ou desistência/abandono. Aqui, é importante destacar que os bolsistas devem cumprir, adequadamente, as atividades e ações do programa do qual participam. Isso exige comprometimento dos bolsistas com o programa, colaborando para o desenvolvimento de sua maturidade acadêmica enquanto estudante e futuro professor.

Figura 54 - Conhecimento dos alunos sobre alguém que teve a bolsa cancelada.



Fonte: Autor.

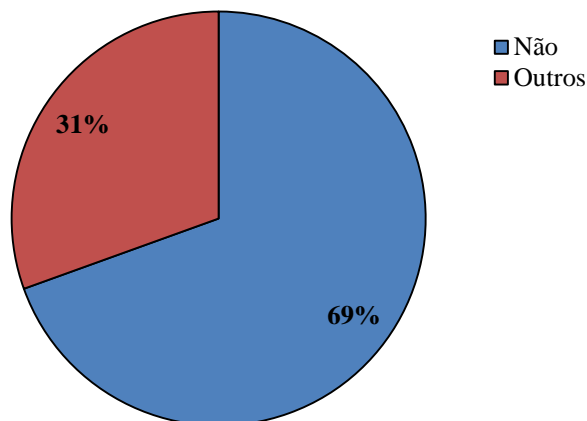
51ª QUESTÃO: Sobre o acréscimo de alguma(s) pergunta referente ao questionário.

Quando perguntados sobre o acréscimo de alguma pergunta neste questionário, conforme a Figura 55, 31% dos bolsistas citaram outras perguntas para serem acrescentadas no questionário tais como:

- Quantas pessoas têm no seu grupo familiar?
- Quais seus gastos prioritários com o recebimento da bolsa?
- O que mais compromete o dinheiro da bolsa em seu orçamento?
- Você acha que dá pra se sustentar somente com a bolsa que recebe?

Essas questões ficarão registradas aqui a fim de colaborar com outros discentes do Curso de Licenciatura em Matemática interessados em realizar pesquisas como a que foi realizada nesse Trabalho de Conclusão de Curso.

Figura 55 - Opinião dos alunos sobre acréscimo de perguntas no questionário.



Fonte: Autor.

Resultados gerais da pesquisa realizada

Através da pesquisa realizada e dos resultados obtidos, define-se o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas do Curso de Licenciatura em Matemática campus Araguaína.

A maioria é composta por mulheres, com idade menor que 21 anos, tendo ingressado com menos de 20 anos de idade no Curso. Uma grande parte dos bolsistas (68%) não são, originalmente, de Araguaína, mas 76% têm origem no estado do Tocantins. A maioria dos bolsistas se declara parda e com relação à religião, quase metade (46%) são católicos. A

maioria possui computador ou notebook, mas evidencia-se um grande número de bolsistas sem esse recurso (36%). A grande maioria têm acesso à internet em suas casas e utilizam esse recurso para se manterem informados sobre os acontecimentos atuais e como atividade de lazer.

Quanto à moradia, mais da metade residem de aluguel, na zona urbana e são sustentados pela família, tendo que a grande parcela dos familiares possui casa própria. Entre os meios de transportes utilizados para se deslocarem até a UFT, a maioria utiliza sua moto própria. Poucos possuem renda mensal, além da bolsa. A renda familiar de grande parte dos bolsistas é em torno de um salário mínimo.

Com relação a trabalho, a maioria nunca exerceu atividade remunerada. Em geral, os bolsistas moram com os pais ou com outros estudantes, tendo um gasto entre R\$ 101,00 até R\$ 300,00 com moradia. Além disso, pagam ou contribuem com o transporte para Universidade.

19 bolsistas têm previsão de conclusão do Curso em 2019, sendo a grande maioria do 7º período. Sobre o rendimento acadêmico, a maioria diz ter melhorado após obtenção da bolsa. A falta de domínio das disciplinas que são pré-requisitos foi relatada como principal causa do mau rendimento acadêmico.

O Curso de Matemática é o primeiro Curso de graduação da maioria dos bolsistas e conforme o nível de satisfação com o Curso, a maioria diz ser dentro das expectativas. A maioria dos bolsistas já reprovaram em alguma disciplina e reservam cerca de 5h ou mais aos estudos.

A maioria é do turno matutino e participam do programas entre 6 e 11 meses, não conhecem o PNAES atualmente e nem antes de ingressarem na UFT e descobriu os programas de bolsas no 1º período. Relatam que os programas de bolsas não são divulgados de forma satisfatória e dizem que não os conheciam antes de entrarem na Universidade. A maioria dos bolsistas são do Pibid e PRP e acreditam que o cancelamento da bolsa comprometeria sua conclusão do Curso e rendimento acadêmico.

A maioria aponta que a bolsa atende em partes suas necessidades básicas para permanência com sucesso na Universidade, gastam até R\$50,00 com atividades acadêmicas, até R\$100,00 com saúde, economizam até R\$50,00 alimentando-se no RU e não comprometem a bolsa com consórcios ou financiamentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram destacadas as lutas necessárias e os direitos conquistados, no decorrer do tempo, para que a educação se tornasse possível e acessível a todos em relação a benefícios e programas voltados aos estudantes que necessitavam de um amparo na educação superior, com destaque à consolidação dos direitos adquiridos por meio da promulgação do PNAES.

O aumento de alunos nas Universidades, ao longo dos anos, apesar de ser algo significativo, apresenta um problema que se refere ao número baixo de alunos que conseguem concluir o ensino superior. Neste sentido, este trabalho evidenciou a importância dos Programas de bolsas na vida acadêmica dos discentes do Curso de Licenciatura em Matemática, em especial, para aqueles expostos à qualquer vulnerabilidade socioeconômica. Por meio dos Programas de bolsas, os estudantes têm maior chance de se sentirem motivados a permanecerem e concluírem o Curso.

Outro item destacado no trabalho se refere à importância de se conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes das Universidades, bem como dos alunos contemplados pelos Programas de bolsas. No último caso e considerando o Curso de Licenciatura em Matemática, tal conhecimento permite reflexões acerca da importância dos programas para os alunos do Curso e elaboração de estratégias para o aumento da permanência dos alunos no Curso.

Neste trabalho, através da pesquisa realizada, observou-se que existem diversas modalidades de bolsas ofertadas na UFT e que, no Curso de Licenciatura em Matemática, 59 alunos são beneficiados por estas bolsas, geralmente, no valor R\$ 400,00. Os bolsistas subdividem-se nos seguintes programas: PRP, Pibid, Pibic, PIM, Pimi e PET.

Pelo perfil traçado dos bolsistas, foi possível evidenciar a importância das bolsas nas IFES, trazendo essa realidade para UFT, dentro do Curso de Licenciatura em Matemática. Neste sentido, muitos bolsistas relataram que o sucesso de sua formação está relacionado à bolsa recebida. Além disso, foi possível conhecer as principais características dos alunos bolsistas do Curso, o que permite a reflexão de toda a comunidade acadêmica acerca dos resultados obtidos. Neste sentido, uma questão levantada foi a possível importância em divulgar os programas de bolsas à comunidade externa da UFT, principalmente, aos alunos do Ensino Médio que muitas vezes deixam de ingressar no Curso Superior por falta de recursos financeiros e a necessidade de trabalhar. Além disso, também foi evidenciado o quanto os bolsistas são comprometidos com o Curso e sua formação mostrando interesse até em atividades acadêmicas sem o recebimento de bolsas.

A realização deste trabalho indica que é necessário mais pesquisas neste sentido a fim de conhecer melhor os alunos dos Cursos e a importância de auxílios e bolsas na formação destes a fim que o baixa porcentagem de concluintes entre os ingressantes no Ensino Superior, em geral, seja superada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bárbara Camila de P. *et al.* **Análise do perfil socioeconômico de alunos participantes da assistência estudantil do IFPE - campus recife.** Análise do Perfil Socioeconômico, Palmas, 2012. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/3546/2716>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ANDIFES. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais.** Brasília-DF, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/andifes-realiza-nova-pesquisa-sobre-o-perfil-dos-estudantes-das-universidades-federais/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários.** Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512-528, Ago. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200512&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 19851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1930-1949/D19851.htmimpressao.htm>. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. [S. l.], 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [S. l.], 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CARRANO, Davi Pereira; BERTASSI, André Luiz; MELO-SILVA, Gustavo. **Efetividade do Pnaes enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ**. Educação Online, [S.l.], v. 13, n. 28, p. 1-19, aug. 2018. ISSN 1809-3760. Disponível em: <<http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/417>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

CARVALHO, T.; ARRUDA, V.; SANTOS, G.. Oficina de poliedros: utilização de materiais concretos para ensino da geometria. **XIII ENEM**, Brasil, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.xiiienem.com.br/submissoes/index.php/enem/2019/paper/view/677>>. Data de acesso: 02 Jul. 2019.

GUIMARÃES, Marília Barcellos. **Relatório de avaliação de programas/projetos de extensão contemplados pelo Edital de Bolsas da PROEX em 2013**. Belo Horizonte: Proex, 2014.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2019.

JUSBRASIL. **Art. 157 da Constituição Federal de 34**. Constituição Federal de 16 de Julho de 1934 [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616250/artigo-157-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

JUSBRASIL. **Art. 4 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96**. LDBEde 20 de Dezembro de 1996 [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11696628/artigo-4-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

JUSBRASIL. **Art. 205 da Constituição Federal de 88**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MACIEL, Carina Elisabeth; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 759 - 781, dez. 2016. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/68574>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PALMAS, Pró-reitoria de assuntos estudantis. . **Relatório da pesquisa sobre assistência estudantil na uft.** 2017. Disponível em: <<http://download.uft.edu.br/?d=a491c2ab-5745-4ef1-bc56-61ec9c852e32;1.0:Relat%C3%B3rio%20Pesquisa%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20-%202017.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba , v. 23, n. 2, p. 405-423, jul. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000200405&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação.** Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 19, n. 3, p. 723-747, Nov. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Jul. 2019.

SANTOS, M.; LIRA, A.; COSTA, L.. **A trilha dos números: explorando pistas e encontrando múltiplos. XIII ENEM**, Brasil, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.xiiienem.com.br/submissoes/index.php/enem/2019/paper/view/1038>>. Data de acesso: 02 Jul. 2019.

SILVA, D.de Oliveira; MACEDO, J.; SOUSA, G.; SANTOS, D.. **Projetos escolares: espaços de formação inicial de professores de Matemática. XIII ENEM**, Brasil, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.xiiienem.com.br/submissoes/index.php/enem/2019/paper/view/1003>>. Data de acesso: 02 Jul. 2019.

SOUZA, Kátia Cristina da Silva. **As mulheres na matemática**, Taguatinga, 2006. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/8071128-As-mulheres-na-matematica.html>>. Acesso em: 4 jul. 2019.

UOL. **Salário mínimo em janeiro deveria ser de R\$ 3.752,65, segundo Dieese.** São Paulo, 7 fev. 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/02/07/salario-minimo-ideal-janeiro-dieese.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

XAVIER, Sandro da Silva. **O perfil socioeconômico do aluno de licenciatura em Matemática da uft campus de Araguaína.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2012.

APÊNDICE - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS BOLSISTAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UFT CAMPUS ARAGUAÍNA

Olá! Você está convidado (a) a responder este questionário que faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno Mário Rodrigues De Oliveira, sob orientação da Professora Dra. Fernanda Vital De Paula. O trabalho objetiva definir o perfil socioeconômico dos alunos bolsistas do Curso de Licenciatura em Matemática da UFT, campus de Araguaína. Garantimos que as informações fornecidas serão mantidas em sigilo. Neste sentido, esclarecemos que a solicitação do nome do respondente é apenas para controle, a fim de alcançarmos todos os bolsistas. Quando escolhida a opção "OUTROS", pedimos, por favor, que sua resposta seja descrita. Desde já, agradecemos.

1- Seu nome completo.

2- Qual é o seu sexo?

- () Feminino.
- () Masculino.

3- Idade/ano completos.

4- Com quantos anos você ingressou na Universidade?

5- Estado e Município de origem respectivamente:

6- Você se considera:

- () Branco(a).
- () Amarelo(a).
- () Pardo(a).
- () Negro(a).
- () Indígena.
- () Não quero declarar.

7- Em relação à religião, você diria que é:

- () Ateísta.
- () Acredito em Deus, mas não sigo nenhuma religião.
- () Católico.
- () Protestante.

- Espírita Kardecista.
- Prefiro não declarar.
- Outro:

Informações Sociais.

8- Possui computador ou notebook?

- Sim.
- Não.

9- Possui acesso à internet em casa?

- Sim.
- Não.

10- A casa onde você mora é:

- Própria.
- Alugada.
- Cedida.
- Outro:

11- Sua casa está localizada em:

- Zona rural.
- Zona urbana.
- Comunidade indígena.
- Comunidade quilombola.
- Outro:

12- Qual é a sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?

- Sou sustentado pela família.
- Recebo ajuda financeira.
- Sou responsável pelo meu sustento.
- Contribuo parcialmente na renda da família.
- Sou o principal responsável pelo sustento da família.

13- Qual é o tipo de moradia de sua família?

- Própria.
- Alugada.
- Cedida.
- Outro:

14- Em geral, qual é o meio de transporte que você utiliza?

- Carro próprio.

- Moto própria.
- Ônibus.
- Carro da família.
- Moto táxi.
- Bicicleta.
- Outro:

15- Qual sua principal fonte de informação sobre acontecimentos atuais?

- Internet.
- Telejornal.
- Programas de TV.
- Revista.
- Redes sociais.
- Rádio.
- Outro:

16- Qual é sua renda mensal, além da bolsa?

- Não tenho nenhuma renda mensal.
- Menos do que meio salário mínimo.
- De meio salário até um salário mínimo.
- De um salário mínimo até um salário mínimo e meio.
- Mais de um salário mínimo e meio.

17- Qual é a renda de seu grupo familiar?

- Nenhuma renda.
- Até um salário mínimo (até R\$ 998,00).
- De um a dois salários mínimos (de R\$ 998,00 até R\$ 1.996,00).
- De dois a três salários mínimos (de R\$ 1.996,01 até R\$ 2.994,00).
- De três a quatro salários mínimos (de R\$ 2.994,01 até R\$ 3.992,00).
- De quatro a seis salários mínimos (de R\$ 3.992,01 até R\$ 5.988,00).
- De seis a oito salários mínimos (de R\$ 5.988,01 até R\$ 7.987,00).
- De oito a dez salários mínimos (de R\$ 7.984,01 até R\$ 9.980,00).
- Acima de dez salários mínimos (mais de R\$ 9.980,00).

18- Você já trabalhou? No caso de sim, responda na opção "outros", qual era a sua renda mensal?

- Sim.
- Não.
- Outro:

19- Qual das atividades abaixo ocupa a maior parte do seu tempo livre?

- Internet.
- TV
- Religião.
- Música.
- Bares e Boates.

- () Esportes.
- () Celular.
- () Outro:

20- Reside na casa do estudante?

- () Sim.
- () Não.

21- Com quem você reside?

- () Com os pais.
- () Com os parentes.
- () Com marido/esposa/filhos.
- () Com outros estudantes.
- () Sozinho.
- () Outro:

22- Você paga ou contribui pela moradia?

- () Sim.
- () Não.

23- Quanto gasta por mês com moradia?

- () Até R\$ 100,00.
- () De R\$ 101,00 até R\$ 300,00.
- () De R\$ 301,00 até R\$ 400,00.
- () Mais de R\$ 400,00.
- () Não tenho gastos com moradia.

24- Você paga ou contribui regularmente com transporte para ir até a UFT?

- () Sim.
- () Não.

Informações sobre a Bolsa.

25- Ano previsto para conclusão do curso de licenciatura.

26- Qual é o período que está cursando atualmente?

27- Sobre seu rendimento acadêmico, após ter sido contemplado com a bolsa:

- () Melhorou muito.
- () Melhorou em partes.

- Piorou parcialmente.
- Piorou consideravelmente.
- Não houve alterações.
- Outro:

28- Em sua opinião, o que mais contribui para o mau desempenho acadêmico?

- Condições Financeiras.
- Dificuldade de adaptação ao ambiente universitário.
- Problemas familiares.
- Falta de domínio de disciplinas que são pré-requisitos.
- Didática dos professores.
- Problemas de saúde.
- Outro:

29- Quantos cursos superiores você já iniciou além do curso de matemática?

- Nenhum curso superior.
- Um curso superior.
- Dois cursos superiores.
- Outro:

30- Nível de satisfação com o curso:

- Excelente: além das minhas expectativas.
- Alto: de acordo com as minhas expectativas.
- Mediano: oscilando entre dentro e fora de minhas expectativas.
- Baixo: abaixo de minhas expectativas.

31- Você já reprovou alguma vez em uma disciplina?

- Não, nunca.
- Sim, uma vez.
- Sim, duas vezes.
- Sim, três vezes ou mais.

32- Qual o tempo que você reserva diariamente para seus estudos?

- Nenhum.
- Uma hora.
- Duas horas.
- Três horas.
- Quatro horas.
- Cinco horas ou mais.

33- Em qual turno você está matriculado?

- Matutino.
- Noturno.

34- Como acadêmico(a) da UFT, você já ouviu falar sobre o PNAES?

- Sim.
- Não.

35- Antes de entrar na UFT, você já conhecia o PNAES?

- Sim.
- Não.

36- Em qual período você ficou sabendo sobre os programas de bolsas?

37- Em sua opinião, os programas de bolsas são divulgados de forma satisfatória?

- Sim.
- Não.

38- Antes de entrar na UFT, você conhecia os programas de bolsas?

- Sim.
- Não.

39- Por qual dos programas abaixo relacionados você é beneficiado?

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).
- Programa de Residência Pedagógica (PRP).
- Programa Institucional de Monitoria (PIM).
- Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI).
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).
- Programa de Educação Tutorial (PET)
- Outro:

40- Você acredita que o cancelamento do programa de bolsa do qual participa comprometeria sua conclusão do curso?

- Sim.
- Não.

41- Você acredita que, caso não tivesse uma bolsa, seu rendimento acadêmico seria prejudicado?

- Sim.
- Não.

42- A bolsa atende suas necessidades financeiras para permanência com sucesso na Universidade?

- Atende integralmente.
- Atende em partes.

Não atende.

43- Há quanto tempo você é bolsista?

44- Quanto da bolsa você compromete somente com atividades acadêmicas (livros, impressões, fotocópias, pesquisas, etc.)?

- Até R\$ 50,00.
- De R\$ 50,00 até R\$ 100,00.
- De R\$ 101,00 até R\$ 150,00.
- Mais de R\$ 150,00.

45- Quanto da bolsa você compromete com saúde (atendimento dentário, psicológico, serviços médicos, etc.)?

- Até R\$ 100,00.
- De R\$ 101,00 até R\$ 200,00.
- De R\$ 201,00 até R\$ 400,00.
- Mais de R\$ 400,00.
- Não tenho gasto com saúde.

46- Você mantém, com os recursos da bolsa, algum tipo de consórcio ou financiamento?

- Sim.
- Não.

47- Geralmente, onde você realiza suas refeições?

- No Restaurante universitário.
- Em cantinas dentro da Universidade.
- Em cantinas ou restaurantes fora da Universidade.
- Na casa de amigos
- Na casa de parentes.
- Em casa.
- Outro:

48- Considerando sua previsão de gastos mensais com refeições, a utilização dos serviços prestados pelo restaurante universitário tem representado qual economia?

- Até R\$ 50,00.
- De R\$ 50,01 até R\$ 100,00.
- De R\$ 100,01 até R\$ 200,00.
- Mais de R\$ 300,00.
- Não tenho gastos com alimentação.
- Não utilizo os serviços prestados pelo restaurante universitário.

49- Você tem interesse em participar de projetos de extensão ou pesquisa, mesmo sem o recebimento de bolsa?

- Sim.
- Não.

50 - Conhece alguém que já teve a bolsa cancelada?

- Sim.
- Não.

51- Em sua opinião, haveria alguma(s) pergunta(s) que deveria ser acrescentada a este questionário, com relação às bolsas?